

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

SHANA DOS SANTOS FERREIRA

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO PACTO NACIONAL PELA
ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Rio de Janeiro

2017

SHANA DOS SANTOS FERREIRA

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO PACTO NACIONAL PELA
ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. M.e Marianna Zattar.

Rio de Janeiro

2017

F345c Ferreira, Shana dos Santos
A Competência em informação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa / Shana dos Santos Ferreira. – Rio de Janeiro, 2017.
72 f.

Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Orientadora: Marianna Zattar.

1. Educação básica. 2. Competência em informação. 3. PNAIC.
I. Zattar, Marianna. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD 025.537

SHANA DOS SANTOS FERREIRA

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO PACTO NACIONAL PELA
ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de
Unidades de Informação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 2017.

Profa. M.e. Marianna Zattar (Orientadora)

Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação (CBG)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. M. e. Robson Costa dos Santos (Membro interno)

Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação (CBG)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dra. Elaine Constant Pereira de Souza (Membro externo)

Faculdade de Educação (FE)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rio de Janeiro

2017

Aos meus filhos Naamã, Amom, Luiz André e
ao marido André Souza que por muitas vezes
se privaram da minha presença em função dos
meus compromissos e atividades do curso.

AGRADECIMENTOS

Chegou o tão esperado momento, aquele que enfim se tornou realidade! Não tem como não sentir o gosto da felicidade misturado ao da saudade, afinal foram 4 anos de encontros e desencontros e cada um deixou a sua marca. Há também aqueles que me impulsionaram e torceram por mim e não posso deixar de prestar meus singelos agradecimentos. Hoje digo: a primeira de uma geração a ter um diploma universitário e espero que a partir de mim seja reiterado, pois nunca é tarde para recomeçar e buscar seus sonhos! Começo aqui meus agradecimentos,

A Deus que me capacitou e me guiou permitindo que eu chegasse até aqui, sem sua infinita Graça não me debruçaria em uma jornada como essa.

Ao meu querido companheiro André Luiz que mesmo sentindo falta da minha presença em vários momentos não deixou que eu desanimasse, sempre elevando minha autoestima dizendo que eu era capaz e mesmo irritado com minha dedicação ao extremo relevava os contratempos, saiba que sem a sua ajuda e sua dedicação não chegaria ao final. EU TE AMO! Companheiro sem medida!

À minha Orientadora Profa. M. e. Marianna Zattar que delineou os caminhos deste trabalho me apresentando a temática de Competência em Informação e suas múltiplas formas de afeto. Espero que ainda possamos dividir muitas experiências. Obrigada pela sua Competência e compreensão.

Aos mestres que compartilharam todos os conhecimentos da área e que muito mais me fizeram apaixonar pela profissão, queria dizer que levo um pouco de cada um de vocês nos meus conhecimentos. OBRIGADA!

Aos familiares que ganhei na minha união, obrigada pelas orações e compreensão. Em especial a minha sogra Jandira que se tornou uma mãe para mim e que muito me estimulou nessa caminhada e a Cunha Andrea que ficou com meu filho para que eu fizesse a prova do Enem e conseguisse a tão sonhada vaga.

Aos meus pais Luiza e Almerindo que mesmo longe torceram por mim e acreditaram que eu chegaria vitoriosa ao final de tudo.

À minha amiga Daniela Bortone Brandi, sua satisfação em ensinar foi minha inspiração para escolher este tema, se sinta afetada por este trabalho. Amo você!!

À uma família mais que especial, minha família de coração, Dona Ana, Andrea, Claudia, Lea (*in memorian*), Maurício, João e a todos que fazem parte desta família...rsrsrs, o incentivo

que vocês me deram foi essencial para sempre olhar em frente, acreditar que minha vitória dependia da minha dedicação e esforços. OBRIGADA! Vocês moram em meu coração!

À Regina, Ronaldo e filhos, família especial que sempre torceu, incentivou e acreditou que seria vitoriosa. OBRIGADA! A credibilidade que me deram foi mais que especial.

Em especial deixo meus agradecimentos as minhas amigas Lizandra e Márcia, eu amo vocês! Obrigada por ouvir meus desabafos e por todo apoio que me deram ao longo da caminhada! Vocês foram meu alicerce dentro de sala!

Brisa, Mariana S. e Juliana obrigada pelo carinho, pelas boas risadas e pelas cervas, com vocês tudo ficou mais leve, vocês me levam a doces lembranças de infância.

Erica, Gabi, Jack, Dani e Mariana obrigada por todos biblio-ocultos, espero que eles continuem e obrigada pela amizade e fofura de ser de vocês.

Nazareth, Monica e Grayce obrigada pela espontaneidade da amizade de vocês, pelos cafés e pelas conversas maravilhosas.

Aline obrigada pela ajuda nos trabalhos e pela inspiração na fé e Nathalia obrigada por ser tão fofa e amiga, agradeço as duas pela companhia.

Isabele, tão doce e tão meiga, minha admiração por ti não se mede, parabéns pela integridade de pessoa que tu és!

Mayara, Thais, Rodrigo e Reginaldo, obrigada pela amizade, pelas risadas e pelas conversas.

Cecília e Raquel obrigada pela competência de vocês e pela ajuda e socorro em trabalhos tão complexos, agradeço também a amizade.

A toda a equipe que compõe a unidade da Biblioteca do Centro de Ciências e Saúde (CCS) meu OBRIGADA!!!!

Aos amigos que ganhei na Eletrobrás e em especial à Su, Alice, Gi, Cris, Elen, Aline, Michelle, Maria, Renata, Vanessa, Jaqueline, Lurdinha e Fernanda. Nestes dois anos de estágio, pelo reconhecimento e pela força que me deram, meu muitíssimo OBRIGADA! Lélia, minha chefe na Eletrobrás, MEU MUITÍSSIMO OBRIGADA!! Sua disponibilidade, reconhecimento e compreensão foram muito importantes.

Agradeço ao PNAIC que abriu as portas do evento e me recebeu de braços abertos para que eu realizasse minha pesquisa. Obrigada! Em especial a Profa. Dra. Elaine Constant que aceitou participar da minha banca. Sinto-me muito realizada!

Obrigada ao Prof. M. e. Robson Costa pela participação em minha banca e pelos ensinamentos como professor no curso.

Um sonho se concretizou!

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.”.

(FREIRE,1979)

RESUMO

A presente pesquisa verifica se há prática de Competência em Informação (CoInfo) na formação dos orientadores de estudo e professores alfabetizadores que participam do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, identifica, junto aos orientadores de estudo e professores alfabetizadores, a existência de práticas e iniciativas de CoInfo a partir de ações biblioteconômicas na promoção do uso crítico da informação (desde a identificação das necessidades até o uso informacional). Indica o PNAIC como contexto para o estudo a partir da compreensão da aprendizagem contínua da CoInfo. Utiliza os conceitos de Competência em Informação e de Educação Básica como referencial teórico. Caracteriza os procedimentos metodológicos como exploratórios por uma abordagem qualitativa da pesquisa de campo no âmbito educacional do PNAIC. Indica a aplicação do questionário como técnica de coleta de dados para averiguar se há prática de CoInfo no programa PNAIC. Conclui, diante da análise dos questionários, que a CoInfo não é uma prática singular dentro do PNAIC mas existe de forma diversa e particular do campo da educação, o que demonstra que podem existir ações relacionadas no programa.

Palavras-chave: Competência em Informação. Educação básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

ABSTRACT

The present research verifies if there is a practice of Information Literacy in the training of teacher advisor and literacy teachers who participate in the National Pact for Literacy in the Right Age (PNAIC) in the State of Rio de Janeiro. To this end, it identifies the existence of Information Literacy practices and initiatives based on library actions in the promotion of the critical use of information (from identification of needs to informational use), along with study leaders and literacy teachers. It indicates the PNAIC as a context for the study based on the understanding of Information Literacy continuous learning. It uses the concepts of Information Literacy and Basic Education as a theoretical reference. It characterizes the methodological procedures as exploratory by a qualitative approach of the field research in the educational scope of the PNAIC. Indicates the application of the questionnaire as a data collection technique to verify if there is Information Literacy practice in the PNAIC program. It concludes from the questionnaires analysis that Information Literacy is not a singular practice within the PNAIC and exists in a diverse and particular way in the field of education, which demonstrates that there may be related actions in the program.

Keywords: Information Literacy. Basic Education. National Pact for Literacy in the Right Age.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Logo para a difusão da Competência em Informação.....	23
Figura 2	Universidades parceiras.....	36
Figura 3	Árvore do PNAIC.....	41
Quadro 1	Categoria dos respondentes.....	48
Gráfico 1	Identificação dos participantes.....	50
Gráfico 2	Conhecimento sobre a CoInfo.....	51
Gráfico 3	Sobre ser competente em informação.....	51
Gráfico 4	Sobre a influência das bibliotecas e bibliotecários.....	52
Gráfico 5	Sobre a orientação nas IFES sobre o uso da biblioteca.....	53
Gráfico 6	Sobre a participação do bibliotecário na construção do PNAIC.....	54
Gráfico 7	Sobre a biblioteca na escola e a incorporação dos aprendizados do PNAIC.....	55
Gráfico 8	Sobre o PNAIC e sua contribuição no estímulo ao desenvolvimento da CoInfo.....	56
Gráfico 9	Sobre o PNAIC e orientações sobre saber buscar/usar/avaliar e selecionar uma informação.....	56
Gráfico 10	Sobre as práticas de ensino trabalhadas durante a formação.....	57
Gráfico 11	Sobre a compreensão da educação continuada na formação docente.....	58

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALA	<i>American Library Association</i>
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC/ Prova Brasil	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
Brapci	Base de Dados em Ciência da Informação
CoInfo	Competência em informação
Enancib	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
IL	<i>Information Literacy</i>
IBCIT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEDUC	Laboratório de Estudos de Linguagem, Leitura, Escrita e Educação
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação
MEC	Ministério da Educação
PAR	Plano de Ações Articuladas
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PROFA	Programa de Formação de Professores Alfabetizadores

RBP	Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do MCTI
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SisPacto	Sistema de monitoramento para curso de formação para os Orientadores de Estudo vinculados ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	PROBLEMA.....	15
1.2	OBJETIVO GERAL.....	16
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
1.4	JUSTIFICATIVA.....	16
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	19
2	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO.....	20
2.1	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO ESCOLAR.....	25
3	EDUCAÇÃO BÁSICA.....	30
3.1	PACTO NACIONAL PARA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.....	33
3.2	PACTO NACIONAL PARA A ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	39
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
4.1	CAMPO DE PESQUISA, POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	45
4.2	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	45
5	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.....	49
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS.....	63
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	69
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	71

1 INTRODUÇÃO

É indiscutível que na sociedade atual as informações são produzidas em demasia e estão presentes nos mais diversos ambientes, muitas vezes sem uma indicação do que pode ser útil em determinados contextos e comunidades. A sociedade vem acompanhando esse crescimento e se adaptando a este espaço, se reinventando para construir as informações que lhe são necessárias para que sua capacidade de reconhecimento seja ótima e que não venham, portanto, se tornar um caos. É certo acreditar que essa afirmação seja realmente concreta para os que cresceram e assim foram estimulados para obter a competência de similar todo esse volume de informações, suas formas e suas várias tecnologias de transmissão.

No contexto da verificação da alta produção informacional surgiu a noção de Competência em Informação (CoInfo) como característica essencial da prática social a partir da constatação da necessidade de “[...] compreender sua necessidade de informação, acessá-la física e intelectualmente, selecioná-la, avalia-la e usá-la gerenciando seu próprio conhecimento” (DUDZIAK, 2001 p. 6).

A compreensão da CoInfo para o “uso crítico da informação” somada ao fato de que o professor é o mediador na educação, especialmente na educação básica, tem-se como orientação deste trabalho a necessidade de iniciativas que promovam a CoInfo dos professores.

Na formação dos professores que atuam na Educação Básica pode-se apontar inovações na forma de aprendizado a partir da inserção de novas teorias de estudo, buscando assim uma concordância na formação dos professores com as leis de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) (BRASIL, 2000). A reforma curricular é exemplo dessa inovação pois compreende-se que a formação dos professores tem sido historicamente desfavorecida nas políticas governamentais. Para Freitas (2007, p. 1204) é preciso pensar,

A necessidade de uma política global de formação e valorização dos profissionais da educação que contemple de forma articulada e prioritária a formação inicial, formação continuada e condições de trabalho, salários e carreira, com a concepção sócio histórica do educador a orientá-la [...].

Nesse âmbito, o governo, ao longo de alguns anos, tem instituído alguns programas de educação continuada dentre os quais estão o Programa de Formação de Professores

Alfabetizadores (PROFA)¹ e o Pró- letramento² para vencer a formação insatisfatória e que interfere muito na formação dos alunos. Com o mesmo objetivo foi instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O Pacto apresenta-se como a continuação dos programas anteriores descritos e oferece um curso de formação continuada aos professores para atingir uma educação de qualidade para todas crianças (LOVATO, 2015). Em síntese tem como meta alfabetizar todas as crianças até o término do 3º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa e Matemática.

Nesta consonância de proporcionar uma formação continuada mais metas, os educadores têm publicado seus questionamentos e apresentado soluções que vão além de somente criar programas. Nóvoa³, um destes educadores, aponta que não basta realizar essas capacitações fora da escola, pois elas devem proporcionar uma vivência de aprendizado. Não se pode oferecer estágio sem uma supervisão, pois os profissionais precisam de um acompanhamento ao longo de um tempo para que possam construir uma autonomia, dialogando. Entretanto é necessário que três esferas estejam conversando entre si, sendo elas: o professor, o ambiente socializado e o ambiente inovador. A educação se torna contínua e não se finda na formação (RODRIGUES, 2015).

A CoInfo como destaca Dudziak (2001, p. 143), “é o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessários à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida. ”. Esta visão corrobora o pensamento de Nóvoa (2012) ao afirmar que os profissionais vão conquistando autonomia. A educação ao longo do tempo tem seguido o mesmo parâmetro, se baseando no ensino mecânico das disciplinas e amparados por livros didáticos pode não ter se adequadado às mudanças da sociedade da informação, onde se tem uma gama de fontes de informação para além dos livros e que tornam o ensino mais dinâmico e criativo. Para Delors (2010, p. 14) “a educação deve, portanto, adaptar-se constantemente a essas mudanças da sociedade sem negligenciar as vivências, os

¹ Programa de Formação de Professores Alfabetizadores implantado em 2001 com objetivo de contribuir para a superação da formação inadequada dos professores e seus formadores.

² Mobilização pela Qualidade da Educação - implantado em 2005 para professores que estavam atuando de 1º ao 5º ano nas escolas públicas, tendo como objetivo melhorar a qualidade de aprendizagem da leitura, escrita e matemática dos alunos que frequentavam os anos iniciais do Ensino Fundamental.

³ Reitor da Universidade de Lisboa, professor catedrático da faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da mesma instituição e Doutor em Educação pela Universidade de Genebra. Entrevista concedida a Revista Nova Escola. Disponível em: <<http://novaescola.org.br/conteudo/212/entrevista-educador-portugues-antonio-nova>>. Acesso em: 6 set. 2016

saberes básicos e os resultados da experiência humana. ”. E dentro deste contexto Nóvoa⁴ fala sobre o papel do professor diante das novas fontes de informação. Para ele, o professor deve proporcionar ao educando os caminhos que os levam a realizar o processo de aprendizagem para que se tenha desenvolvimento. Precisa-se, portanto, compreender os saberes que os levarão ao conhecimento contínuo tanto para si, quanto para os outros. Assim, o professor se faz fundamental nesse processo pois atua como mediador.

A CoInfo, junto aos programas de formação continuada possibilita a inserção de novas práticas de identificação, acesso, seleção, avaliação e utilização da informação, sendo necessária nos diferentes âmbitos da vida (pessoal, social e profissional), além de formar uma parceria entre professores e bibliotecários que na caminhada de ensino podem ter se distanciado ou nunca terem se aproximado. O professor apresenta aos seus alunos as fontes de informação e os bibliotecários auxiliam estes professores no uso para desenvolver novas formas de aprendizagem (FONSECA, 2015).

Considerando que há um relacionamento entrelaçado do contexto descrito anteriormente o presente trabalho busca identificar a CoInfo no PNAIC. Para isso, busca-se constatar a aplicação da CoInfo no projeto pedagógico dos professores alfabetizadores e a importância do programa na educação continuada dos mesmos. Parte-se do entendimento que o bibliotecário é o profissional que pode promover as ações críticas dos cidadãos no uso da informação e, portanto, pressupõe-se que todas unidades de ensino e projetos possam tê-lo em sua estrutura possibilitando assim o uso potencial das informações.

1.1 PROBLEMA

Há prática de Competência em Informação na formação dos orientadores de estudo e dos professores alfabetizadores que participam do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no Estado do Rio de Janeiro?

⁴ Entrevista concedida a Carta Capital. Disponível em:
<<http://www.cartaeducacao.com.br/entrevistas/antonio-novoa-aprendizagem-nao-e-saber-muito/>>.
Acesso em: 06 set. 2016.

1.2 OBJETIVO GERAL

Consiste em verificar se há prática de Competência em Informação na formação dos orientadores de estudo e dos professores alfabetizadores que participam do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos da pesquisa consistem em:

- a) averiguar junto aos orientadores de estudo e professores alfabetizadores se há na formação o incentivo sobre o uso das bibliotecas e a consulta aos bibliotecários.
- b) apresentar o programa PNAIC na construção do aprendizado contínuo para os professores.

1.4 JUSTIFICATIVA

A educação no Brasil, ao olhar do cidadão, é considerada uma utopia, pois as Leis⁵ que a regem e estabelecem princípios, assegurando direitos e determinando sua aplicação coexistem em um cenário que não as tornam aplicáveis e solucionáveis. Uma das diretrizes básicas busca oferecer em primeira instância uma educação igualitária como direito de todos. Contudo, nota-se que a política de educação igualitária é um desafio diante do cenário de desigualdade educacional num país em desenvolvimento (GOLDEMBERG, 1993). O documento “Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), publicado no periódico “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população”, no ano de 2014, pode-se comprovar que essas desigualdades regionais de acesso ainda são significativas principalmente no que concerne à renda, a região norte em 2013, possuía uma porcentagem de 67, 9% de crianças de 4 a 5 anos na escola contra aos 87% e 85% do nordeste e sudeste. Isto reflete as diferenças regionais e as questões culturais

⁵ 1961 – Aprovação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 4024/61; 1971 – Aprovação da 2ª LDB – Lei 5692/71, na qual foi incluso a obrigatoriedade da educação dos 7 aos 14 anos; 1996 – Aprovação da 3ª e atual LDB – Lei 9394/96, onde passa a constar a educação infantil e a formação do profissional da educação; 2006 – o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) vira Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e vigora até os dias atuais.

assim como a oferta de unidades de ensino e dificuldades de deslocamento em diferentes regiões do Brasil. O acesso à escola ainda é para a população mais pobre um fato mais distante do que para a população mais rica (IBGE, 2014).

Outro fator também mencionado à realidade da educação no Brasil é que a taxa de analfabetismo que apesar de ter diminuído numa proporção global, quando se isola os dados é perceptível que esta continua alta entre os homens que auto se declararam como negros e pardos com idade superior a 65 anos (27,7%) e quanto a renda e região que residem, ou seja, o quinto mais pobre (13,9%) que residem na região Nordeste (16,9%) e áreas rurais (20,8%) ainda marcam as estatísticas, em contrapartida na faixa etária de 15 a 24 anos o analfabetismo foi considerado erradicado apontando taxas de 1,0 a 1,6% (IBGE, 2014). Um resultado questionável quando se analisa a pergunta realizada neste quesito que somente questiona “sabe ler e escrever? ”, mas em que nível se encontra essas pessoas na leitura de diversos tipos de texto e escritas? (ARAÚJO, 2012). Nesse contexto se insere as políticas públicas para a melhoria da educação e ampliação deste acesso, com o auxílio de profissionais que comungam essa melhoria é possível vislumbrar a equidade para uma educação de qualidade.

Cabe ressaltar que na sociedade envolta em informação o processo educacional visa garantir a autonomia do cidadão na busca pelas informações relevantes e confiáveis que venham inferir no processo de conhecimento, possibilitando que estes profissionais tenham um olhar que transcenda a teoria acadêmica. A partir do entendimento que o bibliotecário é o sujeito que intermedeia o uso da informação ao cidadão, compreende-se que as unidades de ensino devem contar com esse profissional.

Assim, os questionamentos se tornam o ponto inicial na busca de objetos de auxílio que possibilitem estabelecer a qualidade para educação e, portanto, é fundamental entender como tem se dado o processo de construção de programas assistenciais à educação e sua aplicabilidade, como estes têm implicado na formação docente e construtiva da sociedade que vem passando por inúmeras inovações tecnológicas que implica um saber diferenciado, e como o profissional bibliotecário contribui para a ressignificação deste contexto educacional cerceado por inúmeras fontes de informações e possibilidades de aprendizado. Diante desses questionamentos a CoInfo se sobressai como uma prática relevante no contexto educacional na primeira infância, pois tem-se a importância da aprendizagem como um processo de significação (BELLUZO, 2004). Entende-se, portanto, que a CoInfo deve estar presente em todos os momentos das práticas informacionais.

Por meio do eixo de educação continuada e a convivência contínua dentro de escolas públicas buscou-se, junto aos professores alfabetizadores, algum programa que abarcasse o

desenvolvimento dos profissionais para a melhoria educacional nas escolas públicas e, assim, chegou-se ao Pacto Nacional para Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) como objeto de estudo para inserir as práticas de CoInfo e para a compreensão das políticas públicas que buscam a melhoria educacional.

Outra justificativa está relacionada ao referencial teórico. Na busca por referências na base de dados Brapci foram utilizados os termos “PNAIC”, “Pacto nacional” e “Pnaic e Educação”. No resultado não foi possível identificar trabalhos que abordassem a temática, despertando ainda mais o interesse pela construção de um diálogo no campo da Educação e como o profissional bibliotecário contribui na melhoria educacional.

Acresce que o bibliotecário, na atribuição de sua função, exerce o papel educativo sobre o acesso e uso das informações nos mais diversos contextos e junto a gestão escolar na criação de projetos que incentivem a criatividade e pluralidade nos saberes. Assim, notou-se que se faz necessário entender as práticas que envolvem a educação continuada do programa PNAIC e apontar a importância da CoInfo para a construção do mesmo.

Assim sendo, procurando destacar a profissional bibliotecário no âmbito educacional na perspectiva da promoção da CoInfo, pensou-se no educador como o ponto de partida a ser investigado por meio dos questionamentos que pautaram o trabalho. A CoInfo estabelece no seu cerne o desenvolvimento de habilidades que promovam o aprendizado independente e ao longo da vida e é apontada como impulsionadora de habilidades, conhecimentos, uma “Educação voltada para a competência em informação é aquela que socializa o acesso à informação, ao conhecimento e ao aprendizado” (DUDZIAK, 2001, p. 95). Nesse contexto, acredita-se que futuramente essas considerações acerca da CoInfo possam ser apresentadas como instrumento de desenvolvimento para o programa, integrando uma educação reflexiva nos aprendizados e que os fazeres biblioteconômicos possam contribuir nesta perspectiva educacional.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O presente trabalho se estrutura em seis seções primárias, incluindo a introdução. A segunda seção disserta sobre a Competência em Informação delineando seu histórico desde seu surgimento e seus caminhos até se consolidar no campo de estudos da informação. A seguir na terceira seção discorre sobre a estrutura da educação básica desde sua constituição e apresenta seus níveis de distribuição de forma que se possa entender as responsabilidades de cada ente federado e como se estrutura no todo, subdividindo essa seção é apresentado a política pública de educação continuada para a melhoria da qualidade educacional em toda a esfera nacional fazendo um recorte para a aplicação da mesma no estado do Rio de Janeiro. Na quarta seção são apresentados os procedimentos metodológicos assim como as informações do campo de pesquisa que abarcaram a elaboração desse trabalho e a seguir na quinta seção apresenta-se a análise dos resultados. Encerrando, a sexta seção apresenta as considerações finais apontando futuros trabalhos a partir dos resultados e análises encontrados. As referências, um apêndice e um anexo compõe os elementos pós-textuais do trabalho.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A *Information Literacy* (IL) surgiu em 1970 com o bibliotecário Paul Zurkowski no relatório “*The information service environment relationships and priorities*”. O documento sugeria que os recursos informacionais fossem utilizados para a resolução de problemas a partir do aprendizado de técnicas e habilidades utilizando-as na busca pela informação (DUDZIAK, 2003). Em 1976 com Hamelink e Owens a expressão ganha um novo significado ao englobar a cidadania, onde na qual o próprio indivíduo pode ter sua percepção (DUDZIAK, 2001). Em 1979, Garfield apresenta a *Information Literacy* (IL) apontando-a para as técnicas e habilidades em seu artigo intitulado “2001: *An Information Society* para que o uso destas proporcione a solução de problemas e Taylor sugere que o uso da informação é o caminho e o conhecimento na resolução de problemas. Toda a construção dos significados da *Information Literacy* ao longo dos anos 1970 é visto como uma previa das mudanças que a informação passaria nos próximos anos (DUDZIAK, 2001).

Nos anos de 1980, com a influência do avanço tecnológico a *Information Literacy* se tornou uma concepção intrínseca para o desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos. Em 1983, a publicação do relatório oficial da *National Commission on Excellence in Education* intitulado “*A Nation and Risk: The Imperative for educacional reform. A Report to the Nation and the Secretary of Education*”, desconsiderou por completo as bibliotecas e seu papel na educação, isto repercutiu para que vários artigos fossem publicados sobre as bibliotecas e seu transcurso educacional e assim a *National Commission on Libraries and Information Science* ponderou e demonstrou o quão as bibliotecas se fazem necessárias para a construção do aprendizado e da educação (DUDZIAK, 2001). Em 1985, Breivik, diretora da Biblioteca da *University of Colorado* em Denver, fez um estudo de usuários junto a uma comunidade de estudantes, a partir deste a *Information Literacy* pode ser estimada no âmbito da educação, e pode assim estender o conceito para habilidades intelectuais maiores que abarcam o entendimento e apreciação da informação (DUDZIAK, 2001). Em 1987, Carol C. Kuhlthau evidenciou em sua monografia denominada “*Information Skills for an Information Society: a review of research* a educação para a *Information Literacy*, ao apontar as tecnologias como ferramentas de aprendizado. Sua pesquisa foi a referência para a efetivação de propostas na área educacional, ampliando o conceito de *Information Literacy* para além das habilidades informacionais no espaço e com o uso dos materiais, construiu “[...] a partir de experiências de busca e uso da informação, um modelo descritivo dos processos de aprendizado a partir da busca e uso da informação.” abarcando o aprendizado (DUDZIAK, 2003, p. 25). Nesse âmbito,

os anos de 1980 teve dois documentos que apontaram as bibliotecas como ambientes educacionais para a qualificação dos estudantes, a saber: “*Information Literacy: Revolution in the Library* de Breivik e Gee, 1989, nas ideias de Breivik e Gee está o destaque da convergência da sala de aula com a biblioteca, assim como todos os membros da comunidade educacional e o *Presidential Committee on Information Literacy: Final Report* da *American Library Association-ALA*, 1989 recomenda “[...] um novo modelo de aprendizado, com a diminuição da lacuna existente entre sala de aula e biblioteca” (DUDZIAK, 2001, p. 32). No documento da ALA, coordenado por um grupo de bibliotecários e educadores, chegou-se a uma definição extensivamente anunciada da *Information Literacy* que diz,

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação(...) resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois, sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela. (ALA, 1989 apud DUDZIAK 2003, p. 26).

Tais pressupostos foi sendo ampliado na medida em que foi abarcando mais discussões e pesquisas para a ascensão de projetos que suscitem a aprendizagem contínua das comunidades educacionais em toda a sociedade.

Em 2009, o Presidente dos Estados Unidos proclama outubro como mês Nacional da Consciência da Competência em Informação no documento *National Information Literacy Awareness Month*. Na oportunidade foram apontadas as reflexões sobre a avalanche de informações que a sociedade recebe e, portanto, se faz necessário o reconhecimento do valor da informação e sua implacável força no cotidiano, apontou a CoInfo como instrumento que cidadãos e educadores devem se apossar para o aprendizado das habilidades que envolve a busca e avaliação de forma crítica possibilitando um uso estratégico das mesmas (OBAMA, 2009).

No início do ano de 2016 a ALA ampliou o conceito de CoInfo ao indicar que,

É o conjunto de habilidades integradas que engloba a descoberta reflexiva das informações, a compreensão de como a informação é produzida e avaliada, e o uso das informações na criação de novos conhecimentos e a participação de forma ética em comunidades de aprendizagem (AMERICAN... 2016, p. 3).

A perspectiva na ampliação do conceito se volta para uma construção coletiva, uma aprendizagem sob a perspectiva da comunidade onde a sociedade além de exercer um papel

consumidor passa a participar deste ambiente como criadores da informação envolvendo o respeito com todo esse meio.

No Brasil, a Competência em Informação (CoInfo) tem sua introdução com publicações nos anos 2000 voltadas para a educação das ações biblioteconômicas. Indica-se o artigo como referência de Sonia Caregnato, intitulado “O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede”, publicado no ano 2000. O artigo tinha como objetivo revisar os conceitos da educação de usuário e também os aspectos das habilidades informacionais para a busca e recuperação da informação. A autora traduziu, na oportunidade, o termo *Information Literacy* para Alfabetização informacional (CAREGNATO, 2000). Destacam-se ainda, Bernadete Campello com pesquisas envoltas com a biblioteca escolar, Elizabeth Adriana Dudziak englobando as bibliotecas universitárias e a educação de usuários e Regina Batista Belluzzo que aponta o bibliotecário e seu papel mediador (ARDUINI, 2013).

Em meados do ano de 2011 é afirmado de forma coletiva que a expressão *Information Literacy* se traduz para Competência em Informação em toda esfera nacional a indicação se deu no “Seminário sobre Competência em Informação: cenários e tendências” realizado no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, documentação e Ciência da Informação (CCBD, 2011) e que culminou na elaboração da “Declaração de Maceió sobre Competência em Informação”. (ZATTAR; SÁ, 2015). E, assim, em 2013 a tradução de IL para Competência em Informação foi consolidada internacionalmente na publicação “*Overview of Information Literacy Resources Worldwide*” por Horton Jr. e também foi instituído o logo da Competência em Informação conforme a figura que se segue.

Figura1 - Logo para a difusão da Competência em Informação



Fonte: Horton Junior (2013, p. 10).

A segunda versão do Seminário sobre Competência em Informação: cenários e tendências ocorreu novamente no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, documentação e Ciência da Informação em 2013, cujo tema central foi “Bibliotecas, Informação, Usuário – abordagens de transformação para a biblioteconomia e Ciência da Informação”. No evento o tema central foi em torno do seguinte questionamento: “Competência em Informação e as Populações Vulneráveis: de quem é a Responsabilidade?”. Na discussão foi elaborado coletivamente o Manifesto de Florianópolis que destacou as políticas voltadas para as populações vulneráveis e minorias dentro do país, pois as mesmas se encontram a margem da sociedade, em injustiça em relação à sociedade no acesso à informação e inclusão social (CONGRESSO..., 2013). No documento são indicadas as responsabilidades dos profissionais, dos órgãos representativos, das instituições governamentais e de instituições privadas com ações e recomendações para cada um destes.

Em 2014 ocorreu em Marília, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, o III seminário de Competência em Informação: cenários e tendências. O evento abrangeu o tema central em “Competências em Informação e Redes de Conhecimento colaborativo”, dando continuidade aos esforços anteriores. Neste evento foi reafirmada a busca para o acesso à informação como um direito ao “exercício da cidadania e ao aprendizado ao

longo da vida” (SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, 2014, p. 1) e foi estabelecido o uso da sigla CoInfo para o termo Competência em Informação. Neste mesmo ano foi realizado o XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib) com tema o “Além das nuvens: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação” onde foi apresentado o I Seminário sobre Competência em Informação, este trouxe reflexões, discussões e compartilhamento de informações sobre as articulações com as redes de conhecimento colaborativo (ALBA, 2016)

Em maio de 2015, foi realizado o I Fórum sobre Competência em Informação: Pesquisas e Práticas no Rio de Janeiro. No evento, profissionais divulgaram seus projetos e pesquisas para a promoção da CoInfo. Em outubro foi o XVI ENANCIB e teve como tema “Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes”, onde ocorreu o II Seminário de CoInfo que trouxe a reafirmação das considerações do relatório apresentado no evento anterior onde era abordado a importância do seu papel como órgão de desenvolvimento para a Competência em Informação, foi apresentado pelo IBICT uma “Proposta Inicial de Trabalho do IBICT: Competência em Informação” (ALBA, 2016)

Em outubro de 2016 o Fórum teve sua segunda versão e mais uma vez pode-se conhecer as experiências das pesquisas e práticas sobre CoInfo. Também em 2016 ocorreu o I Seminário da Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa (RBP) do Ministério da Ciência, Tecnologias e Inovações (MCTIC) com o tema “Competência em Informação e dados de Pesquisa”. Na oportunidade foi discutido o papel estratégico dos profissionais bibliotecários de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico nos institutos ressaltando a difusão da CoInfo por meio de publicações e projetos na gestão de dados de pesquisas. O ano de 2016 fecha com o III Seminário sobre a Competência em Informação no XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), neste evento a discussão relata as perspectivas e configurações empíricas da CoInfo enquanto conceito e objeto de estudo na amplitude sociocultural na abordagem e metodologia científica apontando as contribuições para a Ciência da Informação.

Pode-se notar que muitas são as discussões em torno da CoInfo. Em síntese, observa-se que além de ter habilidades para conseguir a informação e usá-la, é necessário saber contextualizá-la no aprendizado. Ensinar o aprender a aprender a partir de noções complexas e ações coletivas usando seu potencial cognitivo e se descobrir nos diferentes usos e cursos do aprender é buscar transformar esse processo de construção do conhecimento usual em algo mais ativo onde realmente se pode trabalhar o conhecimento crítico ; assim é possível indagar, produzir, modificar e criar, pois, o desenvolvimento e a aprendizagem estão interligados,

aprender é um processo que se dá no decorrer da vida, permitindo-nos adquirir algo novo em qualquer idade (BOCK, 2001).

O alcance das dimensões globais da CoInfo vem ao encontro desta sociedade regida por uma gama de tecnologias, aumentando assim a produção do conhecimento. Nessa dimensão é necessário obter diferenciais para localizar e usufruir deste conhecimento disposto. Profissionais ligados ao estudo da CoInfo procuram difundir o termo por meio destas discussões em encontros da área, através de compartilhamento de práticas e desenvolvimentos de estudos em diversas áreas sobre a aplicação da CoInfo e seu potencial valor educativo em favor do direito social de acesso e difusão da informação para todos.

2.1 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO ESCOLAR

O espaço escolar é, em geral, o local onde a criança irá se descobrir como pertencente à uma determinada comunidade social fora do ambiente familiar. Assim, a escola influencia significativamente no aprendizado do cidadão e na sua formação social. Dessa forma,

A educação não se resume a aquisição de um conjunto de informações; ela é uma das fontes de desenvolvimento e ela própria se define como o desenvolvimento artificial da criança. O papel essencial da educação é, pois, de assegurar seu desenvolvimento, proporcionando-lhe os instrumentos, as técnicas interiores, as operações intelectuais. (IVIC, 2010, p. 31)

Nesse contexto, a prática da CoInfo se apresenta como propulsora para uma educação transformadora e que não se resume à técnica de saberes individualizados. O avanço da tecnologia, e suas implicações na sociedade são aspectos importantes a serem considerados na aplicação da CoInfo, onde se constrói uma visão holística do meio ao qual se está inserido, ou seja, uma educação baseada na realidade sócio cultural. Nessa perspectiva, a CoInfo estabelece novos caminhos para que haja uma ênfase nos processos de produção do conhecimento, estabelecendo assim um novo modo de aprendizagem autocrítica de forma autônoma e colaborativa (DUDZIAK, 2001). A CoInfo toma a educação com um olhar transformador do indivíduo a partir do conceito de aprendizado ao longo da vida, uma vez que as transformações tornam essencial o desenvolvimento de novas habilidades. Conforme Dólors (1996), no relatório da UNESCO intitulado “Educação, um tesouro a descobrir”, é necessário buscar determinados pressupostos para a educação do séc. XXI e consentindo com este aprender ao longo da vida,

“[...] é a ideia de educação permanente que deve ser repensada e ampliada[...] ela deve ser encarada como uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes e aptidões, de sua capacidade de discernir e agir. Deve levar cada um a tomar consciência de si próprio e do meio ambiente que o rodeia, e a desempenhar o papel social que lhe cabe enquanto trabalhador e cidadão.” (DÉLORS, 1996, p. 18).

Para Délor (2010) a sociedade precisa se atentar aos “pilares do conhecimento”:

- a) aprender a conhecer;
- b) aprender a fazer;
- c) aprender a ser;
- d) aprender a viver juntos.

O aprender a conhecer nos remete ao conhecimento geral, “aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida. ”. O aprender a fazer abrange não só a formação teórica, mas a prática. “Aprender a fazer no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho [...]”. Desenvolver suas habilidades ao melhor, compreende o aprender a ser, buscando agir “com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. ”. E a dimensão do aprender a viver juntos é a participação em conjunto, “no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz. ”. (DÉLORS, 2010, p. 31) Tais pilares evidenciam a educação global do indivíduo enquanto parte da sociedade. Quando se fala do indivíduo como “membro da sociedade” é válido ressaltar que a solidariedade faz com que as práticas sejam responsáveis, pois o bem-estar não depende de outros, mas de todos.

No que tange à biblioteca escolar e a formação do indivíduo, é importante ressaltar as iniciativas que promovem o estabelecimento das bibliotecas nos ambientes institucionais escolares, sejam nas esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. Apresenta-se assim, o Plano Nacional Biblioteca da Escola (PNBE),⁶ que tem como objetivo prover obras e demais materiais de apoio para a educação básica; o Plano Nacional do Livro Didático

⁶ O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3292>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

(PNLD),⁷ que tem como principal objetivo oferecer apoio ao trabalho pedagógico dos professores com a distribuição de livros para a educação básica; o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL),⁸ que objetiva a democratização do acesso ao livro e outras fontes de leitura, de forma que além de alfabetizados a sociedade tenha autonomia e crítica na utilização dos mesmos; e a Lei 12.244/10,⁹ que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Várias são as iniciativas. Contudo, além de ter programas e leis que direcionem para a atuação da biblioteca e do bibliotecário no ambiente escolar, é preciso que estejam em consonância com as necessidades, contribuindo para o enriquecimento multicultural da formação escolar (VIANA; PIERUCCINI, 2015). De acordo com Viana e Pieruccini cabe apontar para

A importância da implantação de políticas públicas a partir de perspectiva democrática, pois assim estará em causa ação política a serviço dos seres humanos enquanto sujeitos, ou seja, criadores e produtores de si mesmos e de sua vida individual e coletiva. (2015, p. 134)

Assim, a CoInfo na formação escolar visa beneficiar toda sociedade, pois baseia-se numa aprendizagem mútua entre as partes envolvidas, com flexibilidade, transdisciplinaridade, assimilação das tecnologias, entendimento do ambiente social e pessoal e o pensamento crítico, auto avaliativo (DUDZIAK, 2001). Portanto, em relação à CoInfo, além de ter habilidades informacionais, é necessário saber aprender a aprender em diferentes contextos. O espaço da biblioteca se torna um ambiente de aprendizagem tendo como mediador o bibliotecário que facilitará a construção coletiva do conhecimento. Sendo assim, é possível que se considere que a biblioteca deve ser universalizada nos ambientes escolares e se faça também atuante em

⁷ O Programa tem por objetivo prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários. Para garantir o atendimento a todos os alunos, são distribuídas também versões acessíveis (áudio, Braille e MecDaisy) dos livros aprovados e escolhidos no âmbito do PNLD. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000042&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 11 nov. 2016.

⁸ O Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL consiste em estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no País. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7559.htm>. Acesso em: 11 nov. 2016.

⁹ Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm>. Acesso em: 11 nov. 2016.

promover um conjunto de conhecimentos práticos (*know-how*) em espaços dinâmicos e propícios para fortalecer o projeto político pedagógico. Conforme Garcez (2014, p. 11), “Percebe-se, portanto, que as atividades do bibliotecário vão além de técnicas. Envolvem a iniciação do aluno ao uso das fontes de informação e da biblioteca.”. Lançando estratégias que atendam as demandas educacionais de informação e comunicação, promovendo meios para a apropriação desses conhecimentos e permitindo que a formação receba formas criativas de apropriação. Deve-se nesse contexto compreender os conhecimentos acerca das práticas que envolvem o ambiente escolar; A lei 12.244/2010 não garantirá a eficiência da biblioteca no contexto escolar se a incorporação do profissional bibliotecário for negligenciada na prática escolar (GARCEZ, 2014).

O Plano Nacional de Educação (PNE), que vislumbra a biblioteca e o profissional bibliotecário no ambiente escolar parece fugir ao desconhecimento dos que ali atuam. No plano é possível observar nas metas seis e sete respectivamente estratégias que os abrange, na meta seis que trata do oferecimento da educação em tempo integral traz como estratégias

Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas [...], bibliotecas [...]; fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos [...] e com equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas. (SILVA; CUNHA, 2016, p. 53)

Estas estratégias assim como outras dentro do PNE abrange o bibliotecário e a biblioteca, a meta dezesseis assim como a dezenove institui além da ampliação do acervo, materiais em libras e Braille para os professores e prevê recursos para a criação de uma gestão escolar democrática (SILVA; CUNHA, 2016) Nesse contexto, o Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem por objetivo avaliar a educação básica brasileira que se constitui por meio do Sistema de avaliação da Educação Básica (SAEB) que é composto por três avaliações (ANEB¹⁰; ANRESC/PROVA BRASIL¹¹; ANA¹²) com o objetivo de avaliar e

¹⁰ Avaliação Nacional da Educação Básica- tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação.

¹¹ Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - (também denominada "Prova Brasil"): trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas.

¹² A Avaliação Nacional da Alfabetização- avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas.

contribuir para a qualidade da educação básica brasileira estendendo o acesso à escola para todos e propiciando aporte para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica sendo responsável pela elevação do IDEB (SILVA; CUNHA, 2016).

Portanto é necessário repensar o envolvimento entre o profissional bibliotecário e aquele da Educação neste cenário onde o aluno é beneficiado, é preciso criar uma rede de aprendizagem onde o compartilhamento seja mútuo, e a CoInfo seja difundida afim de que os indivíduos e a comunidade possam exercer a cidadania, promovendo a cada dia mais transformações no contexto escolar e, assim, na sociedade.

3 EDUCAÇÃO BÁSICA

A proposta de um programa que abarcasse a educação para todo Brasil foi se construindo ao longo da instituição da República, mas nunca de fato pode envolver toda a população, há neste percurso diversas mazelas que inferiram para que a educação fosse de fato um direito civil, mas ainda assim para se obter o desenvolvimento do País, era necessário que houvesse uma formação para várias categorias (BRASIL, 2001). Em 1932, vinte e seis educadores redigiram um manifesto intitulado “A reconstrução educacional do Brasil: ao povo e ao governo”, ficando mais conhecido como “Manifesto dos pioneiros da educação nova” (MANIFESTO..., 2001). A proposta do então manifesto era que houvesse uma reestruturação educacional que envolvesse os interesses dos indivíduos e não só das classes, pois era visto por estes educadores que a escola tradicional estava estabelecida num conceito burguês e a educação com finalidade pública não deve, portanto, privilegiar a uns do que a outros (MANIFESTO, 2001). O efeito que o manifesto causou proporcionou uma mobilização que culminou na inclusão de dois artigos na Constituição Brasileira de 1934, a saber,

O art. 150 declarava ser competência da União ‘fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País’. Atribuía, em seu art. 152, competência precípua ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, a elaborar o plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo, sugerindo ao Governo as medidas que julgasse necessárias para a melhor solução dos problemas educacionais bem como a distribuição adequada de fundos especiais.
(MANIFESTO, 2001, p. 6)

Depois desta inclusão, todas constituições que vieram em seguida abrangeram implícita ou explicitamente a concepção de um programa de nível nacional referente a educação e, portanto, nunca deixou de ser mencionada. Entre 1934 a 1945 houve por parte do Ministro da educação e saúde pública, várias reformas no âmbito do ensino secundário e universitário, uma época já marcada pela busca de uma base nacional para a educação (BRASIL, 2016).

Durante cinquenta anos a ideia de se estabelecer um plano nacional para a educação a longo prazo pode ser legitimada com o art. 214 da Constituição Federal de 1988, o que possibilitou ações para a educação (BRASIL, 2001), este artigo institui que,

Com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em

seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam à: I) erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988)

Mesmo antes já havia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que teve sua primeira publicação em 1961, porém o estabelecimento de um plano em nível nacional abrange a legitimidade de ações. O sistema educacional tem se reformulado e, portanto, sua lei também ao longo desses anos se modificou por meio de publicações que foram sancionados para que possa assim atender a conjuntura social e econômica do país. De forma geral entende-se que a LDB tem como objetivo prever os fundamentos, estruturas e a normatização da Educação com a finalidade de oferecer uma educação igualitária como direito de todos (CERQUEIRA et al., 2009). Conforme a redação dada pela Constituição Federal de 1988, Art.205,

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Assim, sob a perspectiva da educação indica-se que a LDB, no Título II dos princípios e fins reafirma no Art. 2 que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 8).

Na educação básica, o currículo é composto de uma base nacional comum mas destaca-se que deve “[...] ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. ” (BRASIL, 1996, p. 12).

A educação básica é obrigatória e gratuita e deve ser oferecida dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade a partir da seguinte estrutura de ensino (BRASIL, 1996):

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio.

Nesse contexto fica explícito que ainda que se tenha uma base comum, é essencial que se atenda ao contexto em que cada unidade educacional esteja inserida, provendo conteúdos pertinentes e que façam com que os educandos se sintam parte desta educação, cabendo à União coordenar políticas nos diversos níveis educacionais, praticando sua função normativa, redistributiva e supletiva. Ao Estado e aos Municípios cabem prover o atendimento a essa população com profissionais qualificados para o exercício da função mediante a execução das políticas e ainda complementar de forma que abarque todo seu contexto socioeconômico e possa assim fornecer uma educação igualitária (BRASIL, 1996).

De acordo com LDB, a educação infantil abarca a primeira etapa da educação que vai até os cinco anos e seu objetivo é completar a ação da família e da comunidade na formação social, intelectual, psicológica e física deste educando (BRASIL, 1996). Para atender a educação infantil a nova redação dada pela Lei nº 12.796/13 ao art. 62 estabelece que a formação se dará em nível superior admitindo que a formação mínima para atuar nos primeiros 5 anos do ensino fundamental poderá ser a modalidade normal oferecida no ensino médio, vetando o art. 87 da lei 9.394/96 que admitiria somente professores com educação superior até o fim daquela década, pois tal quadro não foi possível ser estabelecido. O ensino fundamental obrigatório compreende nove anos de formação e visa a formação básica do cidadão atendendo a:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, p. 14)

O ensino médio complementa a educação infantil e o ensino fundamental de forma a proporcionar “[...] o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;” (BRASIL, 1996, p. 14). Assim, nota-se que a LBD não visa somente o aprendizado próprio, mas as relações do estudante com o meio social desenvolvendo uma formação com característica indicativa para um aperfeiçoamento das relações com uma postura ética. Dessa forma, observa-se a importância da educação escolar nos diferentes contextos de desenvolvimento do indivíduo, seja em sua capacidade intelectual ou para a cidadania.

3.1 PACTO NACIONAL PARA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

O Programa do Pacto Nacional para Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um compromisso formal que o governo federal assumiu para garantir a alfabetização de todas as crianças até 8 anos de idade¹³, ou seja, até o final do 3º ano fundamental. O compromisso tem como objetivo promover um conjunto de habilidades no contexto da leitura e escrita para que os jovens sejam considerados alfabetizados. Para isso, é necessário que as crianças possam interagir por meio de textos escritos em diferentes situações, ler e produzir, que tenha autonomia na escrita e na leitura. O programa no ciclo de alfabetização é a garantia que a criança deva ser inserida num “[...] universo de referências culturais nas diferentes áreas do conhecimento” (BRASIL, 2012, p. 17). De acordo com Araújo (2015, p. 18) “A formação dos profissionais da educação – professores, especialistas e funcionários da escola – constitui-se elemento central na política de valorização profissional e de melhoria da qualidade da educação básica e da escola pública.”. Com a divulgação de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010 indicando que as taxas de analfabetismo estavam decaindo não houve, portanto, uma significação na qualidade de ensino pois para Ministério da Educação (MEC) estar alfabetizado envolve a interação com os textos e produção de textos para diferentes aplicações e a pergunta que embasa essa estatística (sabe ler e escrever?), não abarca essa dimensão de aprendizado, com isto os sistemas educacionais viram a necessidade de desenvolver práticas que promovessem a valorização e melhoria da educação (ARAÚJO, 2015).

Diante de tais dados e do Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007 que dispõe sobre a implementação do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” que prescreve em seu art.2º alínea II uma das diretrizes que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem incentivar e implementar que é “[...] alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico.”, era, portanto, necessário ter uma ação para se alcançar tal diretriz e com isso foi se desenhando programas para atender a educação que chegaram a institucionalização do PNAIC.

Os documentos que regem a implementação do Pacto são respectivamente:

¹³ Estar alfabetizado até os 8 anos foi utilizado pelo Movimento Todos pela Educação-no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade. Dentro da perspectiva do PNAIC o aprendiz estará alfabetizado até o final do 3º ano fundamental, pois engloba os vários grupos de aprendizes, desde crianças, jovens e adultos não determinando uma idade. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

- a) portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 que institui as ações e diretrizes geral do programa;
- b) portaria nº 1458, de 14 de dezembro de 2012 que definiu categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no campo do PNAIC;
- c) portaria nº 90, de 6 de fevereiro de 2013 que definiu o valor máximo das bolsas dos participantes da formação continuada;
- d) medida Provisória nº 586, de 8 de novembro de 2012, convertida na Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013 que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do PNAIC;
- e) as resoluções/CD/FNDE nº 4, de 27 de fevereiro de 2013 e a Resolução/CD/FNDE nº 12, de 8 de maio de 2013 alterou dispositivos da Resolução CD/FNDE nº 4, de 27 de fevereiro de 2013 que por sua vez estabeleceu orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa para a Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, no âmbito do PNAIC (ARAÚJO, 2015).

Assim o Pacto oferece ações integradas junto ao Ministério da Educação (BRASIL, 2012, p. 12-14) em quatro eixos de execução, a saber

- a) formação continuada de professores alfabetizadores;
- b) materiais didáticos e pedagógicos;
- c) avaliações;
- d) gestão, controle social e mobilização.

No primeiro eixo o Pacto prevê a formação continuada do professor alfabetizador, que precisa estar motivado e comprometido com os desafios para conduzir os jovens neste percurso escolar. Para que o professor tenha êxito é necessário que ele domine as práticas informacionais que impulsionam os alunos na alfabetização. O segundo eixo abrange a distribuição de materiais referentes ao apoio pedagógico e atendimento ao educando. O terceiro eixo compete aos professores avaliar continuamente e ao final do terceiro ano o INEP aplica uma prova como forma de avaliar e identificar possíveis desvios e assim promover ações corretivas e o último eixo engloba as ações administrativas para que o Pacto tenha um bom desempenho e atinja seu propósito (ARAÚJO, 2015).

Sobre o primeiro eixo da formação continuada, entende-se que o professor alfabetizador não encerrou seu processo de aprendizagem exclusivamente com os conteúdos da educação formal, é necessário que o ambiente de atuação proporcionem aplicabilidade dos processos que

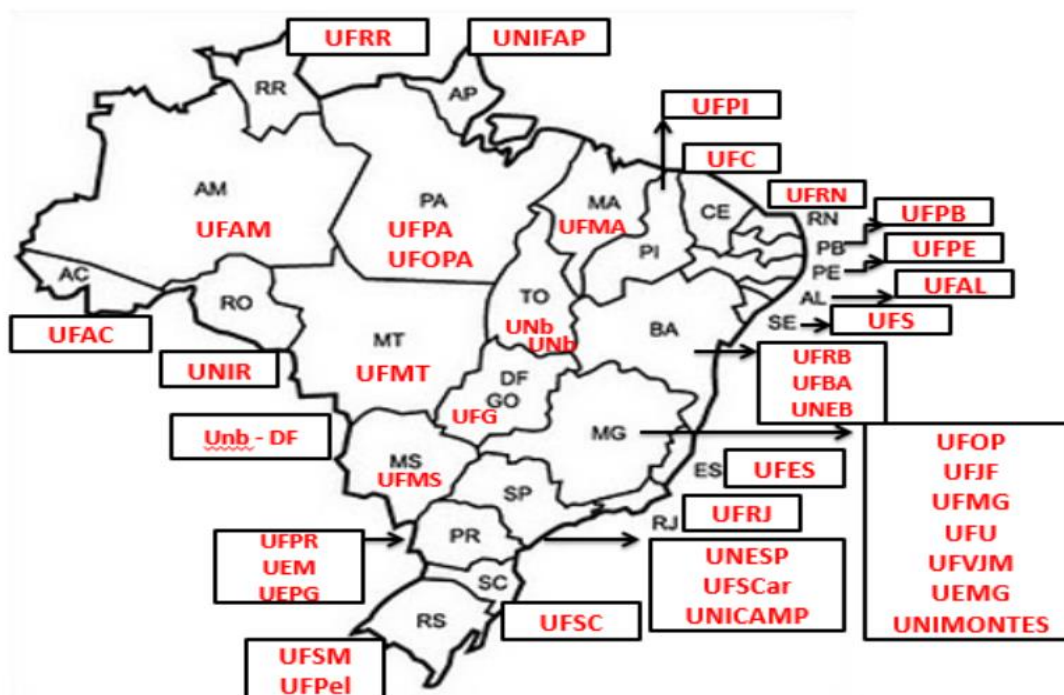
ocorrem em sala de aula, dando a estes insumos para a realização de seu trabalho e que diante de determinados conflitos ele possa ter possibilidades de contornar e buscar a excelência profissional, “A formação precisa garantir ainda o aprofundamento dos conhecimentos sobre alfabetização, interdisciplinaridade e inclusão como princípio fundamental do processo educativo” (BRASIL, 2012, p. 24).

A formação dos professores alfabetizadores se dá por um curso presencial com duração de dois anos ministrado pelos orientadores de estudo no município. O primeiro ciclo enfatiza a linguagem e o segundo a matemática, com ênfase na prática docente, o conteúdo é composto com base na experiência do Pró-letramento¹⁴ e em conjunto com as universidades parceiras responsáveis pela elaboração do conteúdo para a formação dos professores. Vale ressaltar que os aspectos relacionados à inclusão de crianças com necessidades especiais fazem parte dos conteúdos e os materiais são adaptáveis às pessoas com deficiência visual (BRASIL, 2012)¹⁵. Cada região do Brasil possui sua universidade parceira (ou universidades, como ilustra o mapa a seguir) que vai atuar junto à sua rede de formação de orientadores de estudo, subsidiando discussões no que concerne ao ciclo de alfabetização das crianças para que assim os processos em torno da política sejam apropriados e multiplicados (BRASIL, 2012). Destaca-se que no estado do Rio de Janeiro somente a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) aceitou o desafio de promover uma primeira grande política educacional, muitos acreditaram que seria mais um pacote pelo fato de surgir do Movimento Todos pela Educação.

¹⁴ Mobilização pela Qualidade da Educação - é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem de leitura, escrita e matemática nos anos ou séries iniciais do ensino fundamental. O Programa é realizado pelo Ministério da Educação (MEC), Universidades Parceiras e com adesão dos estados e municípios. Podem participar todos os professores que estiverem em exercício nos anos ou séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas.

¹⁵ Em 2014 foi criada uma nova versão do documento de orientação das ações de formação onde a carga horária foi alterada com a informação que nesse mesmo ano a ênfase seria em Matemática. Disponível em:
<http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/documento_orientador_2014_versao_site.pdf>.
Acesso em: 5 jan. 2017.

Figura 2 – Universidades parceiras



Fonte: Adaptado de Seminário Estadual do Pacto-UFPeI (2013)¹⁶

A estrutura de atribuição de pessoas se dá da seguinte forma: os formadores de professores alfabetizadores serão os orientadores de estudo, o qual farão um curso específico ministrado por universidades públicas e, após sua formação, ampliarão o curso aos professores alfabetizadores. Os orientadores são selecionados entre profissionais da rede de ensino que atuaram junto ao programa Pró-Letramento, desde de que não possua outro vínculo de bolsa de estudo e tenha disponibilidade para se dedicar a tal (BRASIL, 2012). Dentre as principais atribuições dos Orientadores de Estudo estão:

- a) participar dos encontros presenciais junto às Instituições de Ensino Superior (IES), alcançando no mínimo 75% de presença;
- b) assegurar que todos os professores alfabetizadores sob sua responsabilidade assinem o Termo de Compromisso do Bolsista;
- c) ministrar a formação aos professores alfabetizadores em seu município ou polo de formação;
- d) planejar e avaliar os encontros de formação junto aos professores alfabetizadores;
- e) acompanhar a prática pedagógica dos professores alfabetizadores;
- f) avaliar os professores alfabetizadores cursistas quanto à frequência, à participação e ao acompanhamento dos estudantes, registrando as informações no SisPacto;
- g) efetuar e manter atualizados os dados cadastrais dos professores alfabetizadores;

¹⁶ Disponível em: <<http://pnaic.ufpel.edu.br/seminario-2013/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

- h) analisar os relatórios das turmas de professores alfabetizadores e orientar os encaminhamentos;
- i) manter registro de atividades dos professores alfabetizadores em suas turmas de alfabetização;
- j) avaliar, no SisPacto, a atuação dos formadores, dos coordenadores das ações do Pacto no Distrito Federal, nos estados e nos municípios e do suporte dado pelas IES; e
- k) apresentar à IES formadora os relatórios pedagógico e gerencial das atividades referentes à formação dos professores alfabetizadores. (BRASIL, 2012)

Caso a rede não possa indicar um profissional com o perfil apresentado, é realizada uma seleção com base nos critérios descritos (vínculo e disponibilidade) em que as habilidades de didática e o currículo abarquem alguns requisitos como:

- a) ser profissional do magistério efetivo da rede;
- b) ser formado em Pedagogia ou ter Licenciatura;
- c) atuar há, no mínimo, três anos nos anos iniciais do ensino fundamental, podendo exercer a função de coordenador pedagógico, e/ou possuir experiência na formação de professores alfabetizadores (BRASIL, 2012, p. 26).

A atuação das universidades na formação continuada dos profissionais se dá pelos recursos do Ministério da Educação (MEC) para promoção de cursos de formação de orientadores. O material disponibilizado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é a base para que os educadores sejam orientados sobre a utilização dos livros didáticos do MEC. Para isso, são encaminhados para as escolas incluídas nas Ações do Pacto os seguintes materiais

- a) Cadernos de apoio para os professores matriculados no curso de formação.
- b) Livros didáticos de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental e respectivos manuais do professor, a serem distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para cada turma de alfabetização)
- c) Obras pedagógicas complementares aos livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático – Obras Complementares para cada turma de alfabetização;
- d) Jogos pedagógicos para apoio à alfabetização para cada turma de alfabetização;
- e) Obras de referência, de literatura e de pesquisa distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para cada turma de alfabetização;
- f) Obras de apoio pedagógico aos professores, distribuídas por meio do PNBE para os professores alfabetizadores;
- g) Tecnologias educacionais de apoio à alfabetização para as escolas (BRASIL, 2012, p. 32).

O desenvolvimento das crianças é apreciado em duas perspectivas. Uma avaliação permanente e formativa para o planejamento de situações didáticas que propiciem as

aprendizagens. E, dentro dessa perspectiva a Provinha Brasil¹⁷. A segunda se dá por meio de uma avaliação diagnóstica e externa aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira¹⁸ (INEP) para conferir a trajetória de aprendizagem do aluno (BRASIL, 2012).

No que tange o aspecto administrativo do programa, a composição institucional do pacto se dá pela gestão, controle social e Mobilização formada por quatro esferas,

- i) um Comitê Gestor Nacional;
- ii) uma coordenação institucional em cada estado, composta por diversas entidades, com atribuições estratégicas e de mobilização em torno dos objetivos do Pacto;
- iii) Coordenação Estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações em sua rede e pelo apoio à implementação nos municípios;
- iv) Coordenação Municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede (BRASIL, 2012).

Cabe ressaltar que o Ministério da Educação (MEC) está presente monitorando e apoiando as redes para que as etapas sejam implementadas, fortalecendo os conselhos educacionais, escolares e todas as esferas envolvidas na Educação. O Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) permite que se faça o acompanhamento do programa do PNAIC assim como outros planos de ações articuladas nos municípios pelo SisPacto, neste sentido,

- a) O acesso ao SisPacto foi disponibilizado, inicialmente, apenas para os Dirigentes de Educação com cadastro ativo no módulo do Plano de Ações Articuladas (PAR) e os Coordenadores locais. No primeiro trimestre de 2013, tanto os Orientadores de Estudo quanto os Professores Alfabetizadores também poderão utilizar esta ferramenta.
- b) A substituição do Coordenador local só pode ser feita pelo Dirigente de Educação do município ou do estado cujo cadastro esteja ativo no módulo do Plano de Ações Articuladas (PAR), também no SIMEC. Para tanto, basta que ele (a) acesse o SisPacto e clique no símbolo, procedendo à substituição.

¹⁷ Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica que visa investigar o desenvolvimento das habilidades relativas à alfabetização e ao letramento em Língua Portuguesa e Matemática, desenvolvidas pelas crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Conforme uma das metas previstas pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, utiliza-se a Provinha Brasil como meio de aferir os resultados.

¹⁸ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

c) No caso dos Orientadores de Estudo, depois de concluir o cadastro no SisPacto e enviar para análise da IES, não é possível substituí-los. (BRASIL, 2012)

A consideração do aspecto legal de um programa não garante que todos tenham acesso ou que aprendam, é necessário que cada unidade escolar se comprometa. Realizando um trabalho de qualidade que favoreça o conhecimento e acima de tudo estimar pela singularidade de cada criança, seja nos aspectos físicos, psicológico, intelectual, social e cognitivo (BRASIL, 2012). O ponto de vista sobre alfabetização dentro do PNAIC compreende além da escrita e leitura, a apropriação dos gêneros discursivos para o desenvolvimento de habilidades de comunicação de maneira autônoma (ARAÚJO, 2015). Por este entendimento “O PNAIC não propõe um método específico, não obstante, apresenta várias sugestões metodológicas” em construção pelos próprios participantes que diante da realidade assistida adaptam as atividades. (ARAÚJO, 2015).

3.2 O PACTO NACIONAL PARA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No Estado do Rio de Janeiro a universidade que ministra a formação para os orientadores de estudo é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tendo como coordenadora geral a Professora Dra. Elaine Constant, a Faculdade de Educação fica assim responsável pelo curso de formação buscando o diálogo com os diversos atores que compõem e propagam o PNAIC. Com a implementação do PNAIC no Estado do Rio de Janeiro houve por parte de todos envolvidos diversas dúvidas e até mesmo experiências que se encontravam dispersas pelo estado que muito somaria para o fortalecimento do Pacto, diante da necessidade de ouvir essas vozes e esclarecer possíveis dúvidas pensou-se em estabelecer um canal de comunicação para iniciar um diálogo com estes (SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO NAS CIDADES DO RIO DE JANEIRO, 2016).

Através da fala da então coordenadora geral do Curso, Elaine Constant foi possível obter o histórico das ações do PNAIC e como se deu a constituição do canal de comunicação entre a instituição formadora e os aprendizes desta formação, em junho de 2016 foi promovido o IX Seminário: Alfabetização nas Cidades do Rio de Janeiro, este intitulado como “A formação continuada de professores alfabetizadores: debates atuais e seus desdobramentos nas pesquisas sobre currículo e PNAIC”, houve como perspectiva a análise do papel do Estado na garantia de uma política de formação continuada e entender como a parceria da Universidade Pública e

a Escola Básica promovem a valorização profissional do professor alfabetizador. Nem mais nem menos, foi a consolidação desta parceria que marcou a construção deste seminário em 2012 quando as Universidades Públicas e o Ministério da Educação projetavam traçar uma política de formação continuada para professores alfabetizadores. Neste momento a Faculdade de Educação e o Laboratório de estudos de linguagem, leitura, escrita e educação (LEDUC) iniciaram o percurso de estabelecer o diálogo, onde os professores da Faculdade de Educação relatassem suas perspectivas em torno da alfabetização, em contrapartida esse canal também seria estendido as redes municipais, fato estratégico visto que o PNAIC sendo uma proposta em nível nacional atenderia a um grupo de nível escolar específico “o ciclo de alfabetização”

Cada um dos seminários foram então se construindo a partir dos desafios que eram apresentados pelas redes municipais e professores, o I Seminário intitulado “A alfabetização nas cidades do Rio de Janeiro: uma discussão com professores e formadores participantes do PNAIC – Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa / LEDUC na pauta” realizado janeiro de 2013 superou as expectativas das organizadoras e teve um público de 480 professores, na fala de Constant pode se perceber o quanto este diálogo se fez importante para os professores,

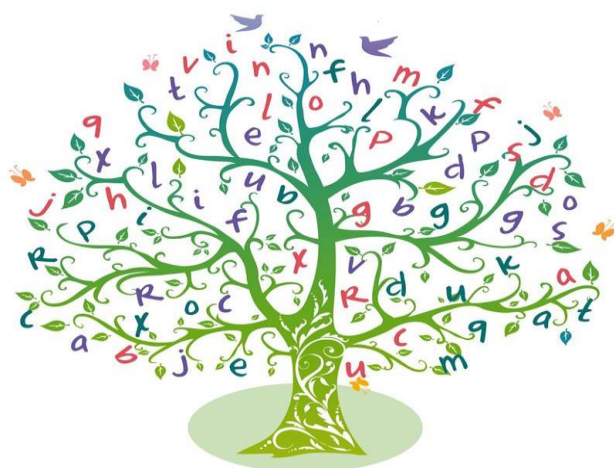
Tivemos que correr para dar conta de tanta emergência com o tema, exigiu de toda a equipe uma flexibilidade e dinamismo, e neste movimento houve um sinal de que a proposta nos trazia desafios e bastante envolvimento com a temática: era a alfabetização de crianças que se mostrava como uma grande preocupação nas redes municipais (SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO NAS CIDADES DO RIO DE JANEIRO, 2016)¹⁹.

O II Seminário ocorreu em julho de 2013 com o tema “ A alfabetização nas cidades do Rio de Janeiro: o currículo e a avaliação na formação de professores alfabetizadores” e que naquele momento ainda estava abrangendo o PNAIC na sua totalidade, neste as vozes foram dos supervisores que por estarem em convívio com os polos pode trazer as vivências de diferentes regiões. O símbolo do PNAIC no Estado do Rio de Janeiro, uma árvore, nasceu nesta edição, um professor a desenhou e entregou a coordenação do Pacto, a surpresa foi maior quando todo o estado se apropriou da árvore “cada município foi dando sentido e redesenhando a árvore de acordo com seu município” (SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO NAS CIDADES DO RIO DE JANEIRO, 2016). A árvore aqui representada é a mais atual, confeccionada pela equipe do PNAIC tornando-a rica, não desmerecendo a original que era simples, preta e branca, porém,

¹⁹ Fala da Professora Dra Elaine Constant na abertura do IX Seminário: A alfabetização nas cidades do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://youtu.be/oduRjlgUEQA>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

com o decorrer do Pacto alguns professores já afetados de forma riquíssima pediram que fizessem uma nova árvore, acredita-se que a intensão era demonstrar o desenvolvimento que o programa trouxe e que deu vida a educação pública no estado do Rio de Janeiro, houve a necessidade de responder e compreender como o símbolo ganhou essa apropriação e representou o crescimento dos mesmos dentro do PNAIC.

Figura 3 – Árvore do PNAIC



Fonte: Facebook do PNAIC²⁰

As atividades, no entanto, continuaram para a construção do III Seminário que teve por tema “Narrativas nas práticas pedagógicas” e ocorreu em novembro de 2013, os orientadores de estudo trouxeram suas experiências no município e expuseram a dificuldade com a alfabetização. O IV Seminário intitulado “Fronteiras da formação continuada: diferenças no campo curricular e nos movimentos sociais” realizado em junho de 2014 trouxe um novo desafio com a inclusão da matemática no pacto tornando o currículo multidisciplinar, as indagações foram múltiplas de como fazer essa apropriação dentro da alfabetização e as palestras foram voltadas para essa questão.

Estes seminários foram sendo construídos sempre nas perspectivas dos envolvidos no pacto, a cada debate realizado surgiam novas questões, isto fez com que se tornasse intrínseco para o desenvolvimento do PNAIC no estado, fortalecendo os laços entre o ente federado e seus parceiros de forma que assim os objetivos do pacto sejam conquistados. Assim procurando

²⁰ Árvore do PNAIC. Disponível em: <

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1378430189073086&set=a.1378430182406420.1073741825.100007183536920&type=3&source=11>>. Acesso em 27 nov. 2016.

saber o significado do Pacto para os professores o V Seminário teve como tema a “Formação continuada e interdisciplinaridades no cotidiano do Professor alfabetizador” realizado em setembro de 2014. Constant relata em seu discurso de abertura, onde todo esse histórico foi construído que no VI Seminário intitulado “Alfabetização enquanto processos: ‘descolonização’ de saberes” realizado em abril de 2015 os professores “queriam a autonomia para pensar a prática alfabetizadora”, através dos debates foram definidos posicionamentos para levar ao Ministério da Educação apontando a autonomia do Estado do Rio de Janeiro, inclusive na organização do material.

Com o intuito de promover o intercâmbio pedagógico e administrativo entre a universidade e os sistemas municipais de educação participantes do PNAIC e do seminário continuaram o seu percurso, e a cada novo debate o Pacto foi sendo fortalecido no Estado, é perceptível o envolvimento de todos através dos diversos compartilhamentos que acontecem e tais atitudes criam assim possibilidades de repensar o ciclo de alfabetização e no VII Seminário ocorrido em julho de 2015 trouxe como tema: Municípios como protagonistas da interdisciplinaridade na formação continuada dos professores alfabetizadores e foram convidados coordenadores locais, supervisores, formadores e orientadores de estudos para assim realizarem um debate chegando neste momento aos professores alfabetizadores e suas vozes. O VIII Seminário realizado em setembro de 2015 foi instituído com o tema “O currículo para a infância: o ciclo de alfabetização em debate”, o escopo deste debate se constrói sobre a associação entre perspectiva curricular, ciclo de alfabetização, o conceito de infância e materiais didáticos e pedagógicos para crianças.

Já mencionado no início deste histórico o IX seminário fez uma continuação sobre o currículo discutido anteriormente, e com a implementação do Pacto chegando aos seus quase quatro anos surgiram pesquisas. Para Constant o surgimento de pesquisas (SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO NAS CIDADES DO RIO DE JANEIRO, 2016) “[...] significa a interpretação da política, então neste momento nós tivemos que caminhar com a universidade e com a escola [...]” houve então, a apresentação de pesquisas arroladas no contexto do PNAIC. Este fortalecimento do PNAIC possibilitou uma maior comunicação entre as secretarias de Educação municipal e estadual, este evento foi marcado por acentuada presença de professores cursistas e especialistas da Educação, isto se deveu aos rumores sobre a viabilidade de se encerrar o PNAIC. Era essencial que houvesse uma avaliação do PNAIC tanto para a UFRJ quanto para as redes municipais, pois corroboraria para a eficiência do programa e assim buscaram se sobrepunham nas estatísticas apresentando o desempenho de estudantes no ciclo de alfabetização. Na fala de Constant,

A partir de avaliações em larga escala, em especial no Estado do Rio de Janeiro, há dois perfis de professores alfabetizadores: um com a formação a partir do curso de ensino médio, modalidade normal e o outro com o curso de pedagogia, cabe destacar que o quantitativo de professores sem a formação superior no estado do RJ é bastante significativo; é de 36,30% nas redes municipais. (SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO NAS CIDADES DO RIO DE JANEIRO, 2016)

Com este cenário acima descrito a situação da formação inicial de professores é preocupante, principalmente os que lidam com a alfabetização e se faz, portanto, intrínseco a formação destes um programa que dê um conjunto de saberes, competências e referências para que sua atuação seja intensificada nas práticas demonstrando o quanto o PNAIC se faz indispensável para a qualidade da educação.

O X Seminário realizado em setembro de 2016 construiu a temática “Possíveis interpretações sobre formação continuada de professores e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) /UFRJ” com o objetivo de manter o debate sobre a formação continuada promoveu debates acerca da qualificação e valorização profissional dos professores alfabetizadores arrolando pesquisas sobre a formação continuada e as políticas curriculares em torno da alfabetização e a iminente associação com as práticas docentes nas turmas de ciclo.

Em uma reportagem exibida pelo Canal futura intitulada “Como está sendo cumprido o Pacto Nacional da Alfabetização” é possível confirmar que o Estado do Rio de Janeiro tem se mobilizado, na fala da Orientadora de estudo que atua no município de Niterói, Nívia Fernanda Amaral pode-se testificar, ela reconhece as melhorias constituídas pelo Pacto,

A gente vê a resposta do curso nas salas de aula, no material produzido pelos professores na sala de aula. A questão da literatura na sala de aula vem muito forte com o PNAIC, os livros, o acervo que foi enviado para a escola, eles estão frequentes na sala de aula, tem sido usado, quanto mais acesso as crianças têm aos livros de histórias, as histórias contadas, lidas pelas professoras mais fácil fica o processo de alfabetização (RESENDE, 2015).

Todo esse histórico retratado só corrobora o empenho que a Coordenação geral do PNAIC no Estado tem tido em busca da aplicação eficaz do Pacto constituindo uma reunião de ações, materiais e pessoas mobilizadas em busca da qualidade da educação.

Destaca-se, portanto, que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tem impulsionado o Pacto para cumprir seus objetivos, principalmente no que consiste a formação continuada, indo de encontro com os princípios que orientam as ações do PNAIC. Estes princípios são:

A prática da reflexividade: pautada na ação prática/teoria/prática, operacionalizada na análise de práticas de salas de aulas, aliadas à reflexão teórica e reelaboração das práticas.

A constituição da identidade profissional: efetivada em momentos de • reflexão sobre as memórias do professor enquanto sujeito de um processo mais amplo, procurando auxiliá-lo a perceber-se em constante processo de formação.

A socialização: operacionalizada na criação e fortalecimento de grupos de estudo durante as formações que, espera-se, transcenda o momento presencial, diminuindo o isolamento profissional, intrínseco à profissão de professor, que, em geral, mantém contato com pais, alunos e diretores, mas não com seus pares.

O engajamento: privilegiar o gosto em continuar a aprender é uma das metas primordiais da formação continuada e certamente faz parte da melhoria de atuação em qualquer profissão.

A colaboração: para além da socialização, trata-se de um elemento fundamental no processo de formação. Através da colaboração, busca-se a formação de uma rede que visa ao aprendizado coletivo, por meio do qual os professores exercitem a participação, o respeito, a solidariedade, a apropriação e o pertencimento. (ROLKOUSKI; LEAL, 2015, P.27-28).

O registro das situações observadas nos seminários e aqui descritas demonstra o compromisso do PNAIC e sua equipe administrativa, juntamente com todos os atores a importância do programa para a área apontando para uma ação de aplicação e transformação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como sendo exploratória de abordagem qualitativa e descritiva. Conforme Gil (2008, p. 46), “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. ” Quanto à abordagem entende-se que “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (SILVEIRA; GERHARD, 2009, p. 31). No que tange seu aspecto descritivo “Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação” (GIL, 2004, p. 28) e aqui nesta pesquisa, juntamente com o caráter exploratório, procura assistir estas relações com a atuação prática.

4.1 CAMPO DA PESQUISA, POPULAÇÃO E AMOSTRA

O campo empírico da pesquisa se deu no âmbito educacional do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no estado do Rio de Janeiro. A população abarcada por essa pesquisa foi composta por orientadores de estudo e professores alfabetizadores do Estado do Rio de Janeiro e a amostra foi composta por acessibilidade. Sendo assim, a amostra que compõe este trabalho se deu pela disponibilidade dos respondentes em participar da pesquisa. Os respondentes aderiram de forma voluntária ao trabalho desenvolvido ao serem informados (conforme anexo A) dos objetivos da pesquisa pretendida e o compromisso de que não seriam expostos a risco algum pelos dados informados.

4.2 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi elaborada a partir de um questionário estruturado com perguntas fechadas (conforme apresentado no apêndice A). Espera-se que o questionário permita “[...] traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas, proporcionando assim uma descrição do problema [...] (GIL, 2008, p. 121). Destaca-se que juntamente com o questionário foi anexado o Termo de consentimento livre e esclarecido (conforme anexo A) onde se permitiu demonstrar os objetivos da pesquisa e a explicação dos procedimentos metodológicos

permitindo a desistência em realizar a pesquisa sem que houvesse qualquer desconforto ou risco ao sujeito da pesquisa e tampouco qualquer discriminação a quem quisesse participar.

A estrutura do questionário está organizada em três grupos temáticos. As perguntas foram organizadas de forma que se pudesse verificar se há prática de Competência em informação na formação dos orientadores de estudo e dos professores alfabetizadores que participam do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no Estado do Rio de Janeiro. Para responder ao problema de pesquisa buscou-se compreender como se dá a aplicação do PNAIC, seus cursos e afazeres e, assim, averiguar a prática de CoInfo. Com base nisso foram feitas as seguintes perguntas:

- a) você já ouviu falar em Competência em informação? (Nesta pergunta foi colocado o conceito de CoInfo para melhor entendimento)
- b) você se considera uma pessoa competente em informação?

A área de Educação vem ao longo de alguns anos se readaptando às novas tecnologias de informação e comunicação e, principalmente, em novas formas de aprendizagem nas diferentes dinâmicas. A partir disto, o segundo grupo de perguntas procurou atentar para o papel do bibliotecário na formação dos mesmos e na construção da CoInfo, as perguntas foram:

- c) você acredita que o uso da biblioteca e o bibliotecário podem influenciar em sua competência em informação?
- d) na formação pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) há orientação para o uso da biblioteca na construção e ampliação dos conhecimentos?
- e) em sua formação no PNAIC, foi relatado a participação de um bibliotecário na construção e desenvolvimento do mesmo?
- f) você acredita que a biblioteca na escola será um elemento significativo para que os aprendizados do PNAIC sejam melhor incorporados? (Nesta pergunta foi citada a lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País)

O terceiro grupo de perguntas procurou apresentar a educação continuada aplicada pelo PNAIC e, por conseguinte, identificar a CoInfo nos ensinamentos e práticas abrindo o questionamento por estas perguntas:

- g) você pode afirmar que o PNAIC foi responsável por despertar e criar a sua competência em informação?

h) você percebe na formação do PNAIC orientações sobre saber buscar/usar/avaliar/selecionar uma informação?

i) que tipos de novas práticas de ensino são passadas durante a formação (seja dos orientadores ou professores)? Desenvolver capacidades, construir competências, aprendizado independente, pensamento crítico, aprendizado ativo e aprender a aprender. (Podendo marcar quantas fossem necessárias).

j) o que você entende como educação continuada na formação docente? Aprender novas metodologias, não deixar de estudar, desenvolver novas formas de aprendizagem, construção de conhecimentos diversos e participação na criação de projetos dentro das comunidades de aprendizagem. (Podendo marcar quantas fossem necessárias)

As questões foram pensadas levando em consideração o objetivo geral e os objetivos específicos de forma que, ao analisar, obter-se-á uma visão de como a CoInfo tem se estabelecido como prática de cursos de formação continuada permitindo assim uma porta de entrada para ações biblioteconômicas na educação.

Para a aplicação do questionário foi realizada, previamente, uma solicitação, via e-mail, explicando os objetivos da pesquisa com a solicitação de autorização para a aplicação e coleta de dados no Seminário Alfabetização nas cidades do Rio de Janeiro. A escolha do evento se deu pelo nível de abrangência, o que possibilitaria ter acesso a um grande número de participantes de diversas regiões do estado e que concluíssem ou estão no processo de formação do Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

A realização da coleta de dados aconteceu nos dias 23 e 24 de novembro em reunião realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O evento contou com a participação de uma média de 200 participantes (superando as expectativas dos organizadores). Entre os participantes estavam os orientadores de estudo, professores alfabetizadores, coordenadores locais e regionais, supervisores e formadores de orientadores de estudos. O questionário foi dirigido aos orientadores de estudo e aos professores alfabetizadores, com a participação múltipla dos envolvidos muitos podem não ter respondido por não se encaixarem no âmbito da pesquisa, porém houve alguns questionários sem identificação dos mesmos dentro do pacto e outros abriram um parêntese e se identificaram. Ao todo foram aplicados 140 questionários, sendo 90% distribuídos ao longo do primeiro dia do evento e o restante no dia posterior e obteve-se um retorno de 64, sendo válidos 57. Entre os questionários válidos os grupos foram divididos em:

Quadro 1 – Categorias dos respondentes

Designação no PNAIC	Quantidade de respondentes
Orientadores de estudo	16
Professores alfabetizadores	33
Formador de Orientador de estudo	2
Formador / supervisor	1
Coordenador Regional	1
Não especificaram	4
Total	57

Fonte: A autora.

Para consolidar os dados da pesquisa foi usado o recurso do Formulário Google que gera os gráficos para que, à luz do referencial teórico e dos objetivos, a análise pudesse ser realizada, os gráficos, portanto, não serão aqui representados por questões quantitativas, eles foram desenvolvidos para compreender visualmente as questões elaboradas nos questionários. A análise qualitativa da pesquisa objetivou responder ao problema, “Há prática de Competência em informação na formação dos orientadores de estudo e dos professores alfabetizadores que participam do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no Estado do Rio de Janeiro?”.

5 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

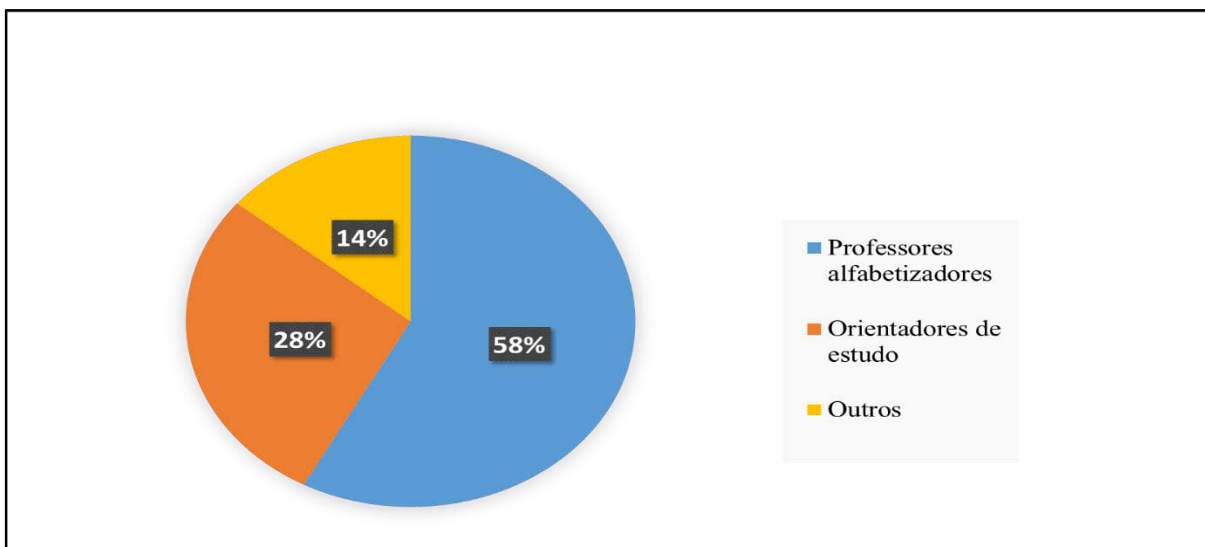
A política pública diz respeito a um conjunto de ações e decisões do governo que procura estabelecer planos e metas junto com os três entes federativos - união, estados e municípios - atentando-se para a origem do problema a ser resolvido (POLÍTICA PÚBLICA..., 2016). Nesse contexto, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) procura ter uma ação indutora para responder a uma necessidade no âmbito educacional, que é alfabetizar as crianças até os 8 anos de idade. Assim, faz-se necessário repensar a atividade pedagógica mobilizando frente aos conhecimentos teóricos da educação para oferecer aos professores conhecimentos que permitam sua melhor atuação e, dessa forma, foram desenhadas propostas de educação continuada que atendessem esses educadores (CONSTANT, 2015).

Dessa forma, pretende-se se aqui observar como tem se dado as novas práticas pedagógicas e em que medida a Competência em Informação (CoInfo) se insere no contexto do PNAIC “[...] abrangendo as experiências solidárias e coletivas vivenciadas nas dinâmicas da aprendizagem [...]” (ZATTAR, 2017). Conforme Dudziak aponta (2001, p. 61), a CoInfo possui alguns componentes que a sustentam, “O processo investigativo (ou de pesquisa), o aprendizado ativo e independente, o pensamento crítico, o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida”. As pessoas se tornam competentes em informação por meio de uma aprendizagem autônoma, se permitindo a um *feedback* constante e entendendo que a construção do conhecimento é um processo contínuo.

Diante da concepção de que para desenvolver a CoInfo a pessoa se torna capaz de aprender a aprender, pois conhece as suas necessidades e sabe inferir esses aprendizados a outro, foi desenvolvido um questionário para verificar a prática de CoInfo no PNAIC. A aplicação dos questionários se deu de forma presencial no XI Seminário alfabetização nas cidades do Rio de Janeiro que ocorreu nos dias 23 e 24 de novembro de 2016 no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A primeira observação do questionário foi para identificar qual é o papel dos respondentes dentro do PNAIC dispondo de duas opções:

Gráfico 1 – Identificação dos participantes

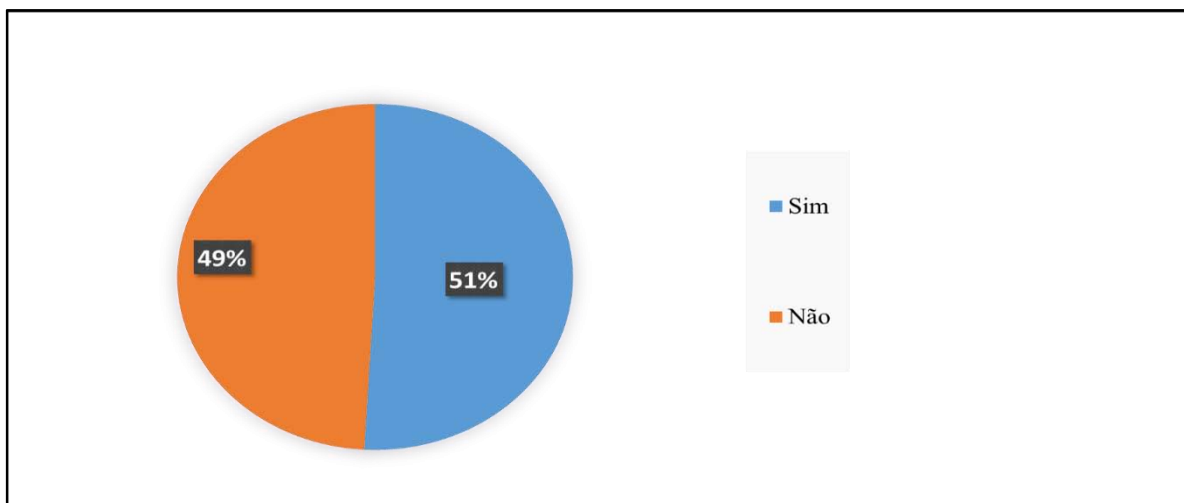


Fonte: A autora.

Pode-se observar que grande parte dos participantes foram os professores alfabetizadores, 58% do total. A classificação “outros” foi utilizada para abarcar os participantes que não se identificaram dentro da população da pesquisa e os que se identificaram com outro perfil, visto que os questionários foram distribuídos aleatoriamente aos que estavam presentes no Seminário. No entanto, alguns participantes abriram um parêntese ao participar da pesquisa, entre estes estavam 2 formadores de orientadores de estudo, 1 formador supervisor e 1 coordenador regional.

Sobre o entendimento da CoInfo foi apresentando o conceito abrangente à temática: “[...] abrange as experiências solidárias e coletivas vivenciadas nas dinâmicas de aprendizagem. Para isso, enfatiza a importância do acesso à informação, a avaliação e o uso de forma responsável e crítica sob uma perspectiva que incorpora todos os tipos de formatos, suportes e conteúdos informacionais nas dimensões da vida pessoal, profissional, educacional e social.” (ZATTAR, 2017) ” e feita a pergunta “Você já ouviu falar em competência em informação?

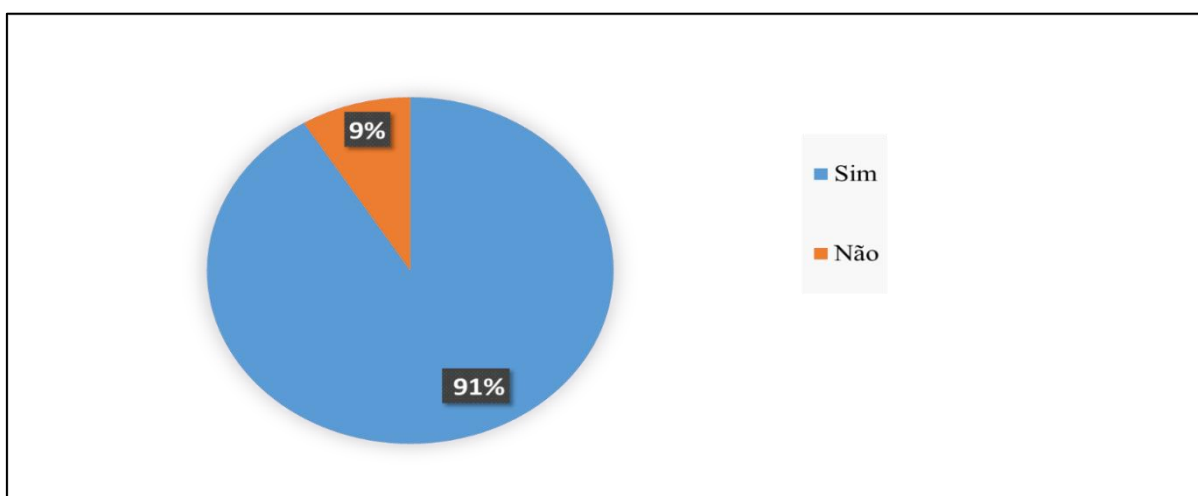
Gráfico 2 – Conhecimento sobre a Competência em Informação



Fonte: A autora.

Como pode ser visto, apesar de quase metade desconhecer o conceito consolidado, isto não reflete em sua percepção de CoInfo, acredita-se que ao ler o conceito exposto na primeira pergunta e relacionar com sua interação nas dimensões social, pessoal, profissional e educacional, uma grande proporção dos entrevistados conseguiram se dimensionar no contexto exposto. Isto reflete a importância de ampliar temática para além do campo da informação, difundi-la em vários âmbitos educacionais por meio do profissional bibliotecário e no uso da biblioteca como espaço inicial de práticas. Dessa forma, as pessoas poderão mudar a relação com essas dimensões de forma mais clara promovendo a cidadania.

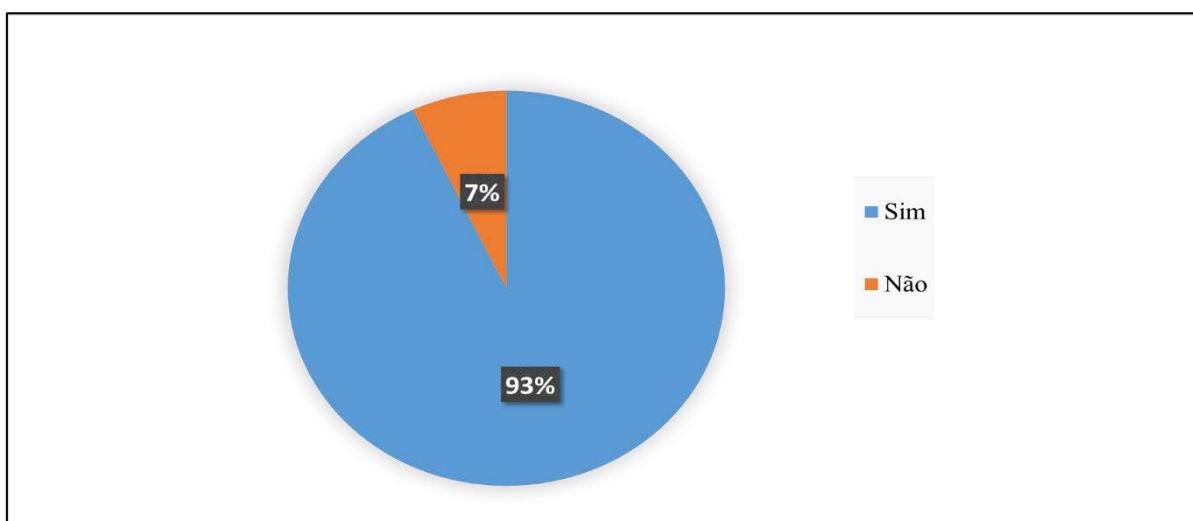
Gráfico 3 – Sobre ser competente em informação



Fonte: A autora.

A pergunta seguinte foi: você se considera uma pessoa competente em informação? Fica visível que a maior parte das pessoas consegue perceber a sua capacidade em lidar com a informação, mesmo sem conhecer o termo. Fato este que pode ser atrelado às expectativas implícitas do trabalho, ou seja, é socialmente esperada uma resposta positiva e que a visão da CoInfo extrapola os limites do campo de estudos da informação. Partindo dessa concepção buscou-se então identificar a importância da biblioteca e do bibliotecário para estes profissionais da educação na construção das práticas e experiências de CoInfo. A primeira pergunta que se fez foi “Você acredita que o uso da biblioteca e o bibliotecário podem influenciar em sua competência em informação?”

Gráfico 4 – Sobre a influência das bibliotecas e bibliotecários

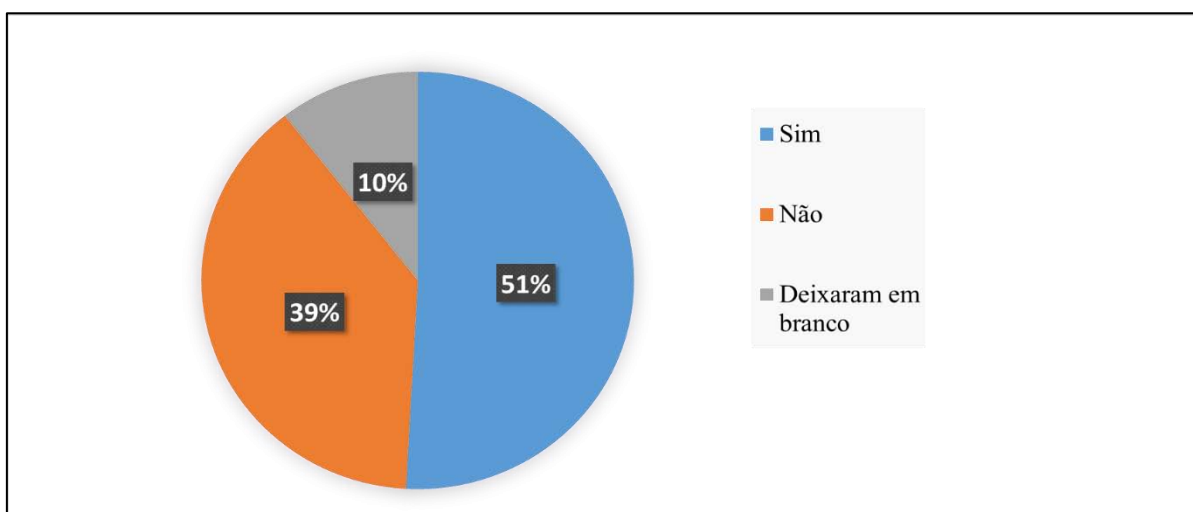


Fonte: A autora.

As bibliotecas enquanto instituições são importantes para a sociedade, pois além de fomentar a leitura, as pesquisas e a cultura, estabelece uma particularidade de envolvimento com a sociedade, promovendo a cidadania. A integração da biblioteca é notada, por exemplo, quando os participantes percebem a influência e a importância das instituições e dos bibliotecários no desenvolvimento da CoInfo. Nesta questão destaca-se a lei nº 12. 244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Assim, questiona-se: se existe a lei e a biblioteca se faz tão importante por que o movimento de reconhecimento e estabelecimento nas instituições de ensino é tão tímido? A possibilidade de encaminhar projetos e ações para a formalização das bibliotecas como espaço de ensino e aprendizagem envolve tanto o profissional bibliotecário e o docente e o compartilhamento da importância da biblioteca se apresenta como um convite para realização de projetos voltados para a CoInfo.

A pergunta seguinte: “Na formação pelas IFES há orientação para o uso da biblioteca na construção e ampliação de conhecimentos?”. Os resultados podem explicitar esta influência e importância tão creditada, na medida em que é possível perceber que as Instituições de Ensino Superior tiveram um importante papel. Cabe esclarecer que na oportunidade da coleta de dados notou-se que esta pergunta teve erros de formulação. O primeiro foi a questão de não escrever por extenso a sigla “IFES”, o que desencadeou vários questionamentos sobre o seu significado. O segundo erro se encontra no modo verbal, pois “há” pressupõe que os participantes estão em formação acadêmica e a intenção era de obter respostas quanto a formação continuada do PNAIC.

Gráfico 5 – Sobre a orientação nas IFES sobre o uso da biblioteca



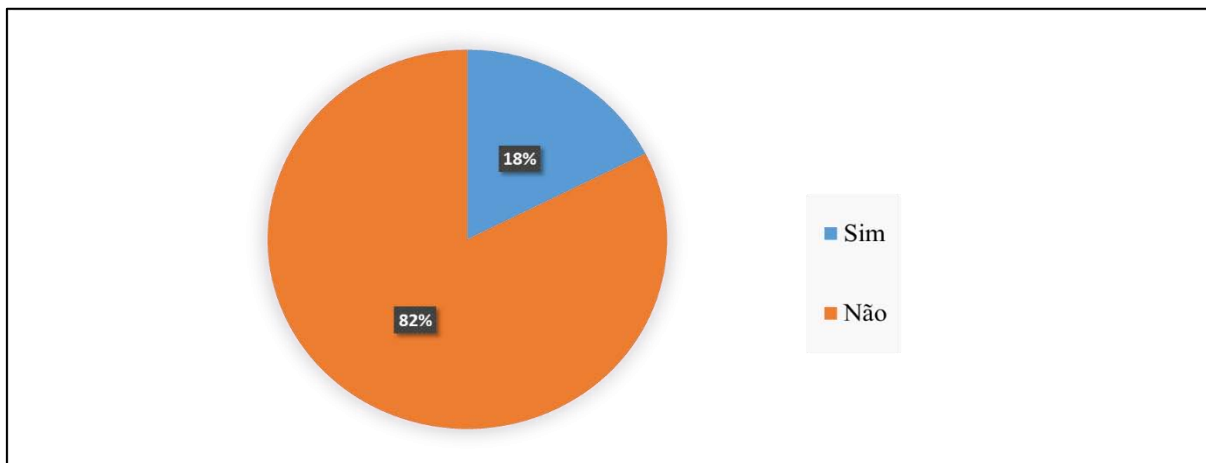
Fonte: A autora.

As inconsistências na formulação da pergunta podem ter influenciado algumas respostas em branco. O modo verbal impactou indiretamente na resposta. Uma fala da Professora Elaine Constant ao destacar que uma das preocupações do PNAIC é o cenário de formação dos professores que ministram aula às crianças envolvidas nesse programa, como dito anteriormente chega aos 36% de professores sem ensino superior, contando apenas com a formação de nível médio modalidade normal e com a falta de bibliotecas nas escolas que ofertam o ensino médio acredita-se que pouco incentivo houve para o uso e promoção e se houve estes esbarraram na precariedade e falta das mesmas. Dessa forma, é relevante instituir, dentro de programas de educação continuada, a promoção de temas que abordam e justificam a existência das bibliotecas e a participação dos bibliotecários.

O PNAIC distribui o acervo de literatura e os livros didáticos as escolas, a pergunta seguinte permitiu perceber que o bibliotecário não compõe o programa de forma explícita. A

questão a ser respondida foi: “Em sua formação no PNAIC foi relatado a participação do bibliotecário na construção do mesmo? ”.

Gráfico 6 – Sobre a participação do bibliotecário na construção do PNAIC

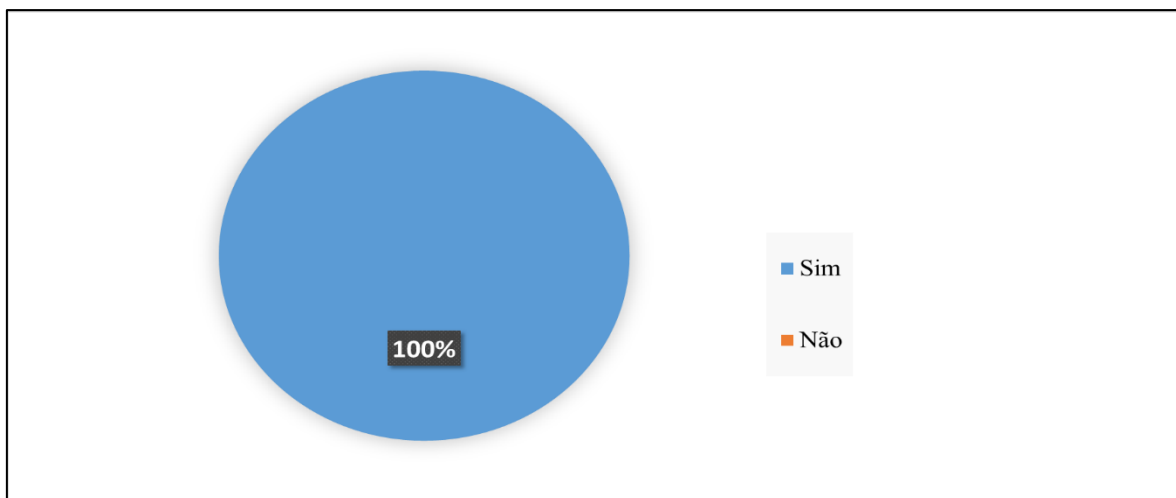


Fonte: A autora.

Pode-se inferir que um número de participantes não teve a informação sobre a participação do bibliotecário na construção e desenvolvimento do PNAIC. Nesta questão é importante relatar que a formação em Biblioteconomia tem se diferenciado ao longo do tempo, diante da complexa rede de informações que compõem a sociedade atual. Assim, os cursos de graduação em Biblioteconomia buscam se adequar nas diferentes formas de lidar com a informação, proporcionando ao discente uma educação multidisciplinar.

Por fim, o grupo de perguntas referentes à importância das bibliotecas na construção da CoInfo e do papel das bibliotecas e o bibliotecário foi feita a pergunta: “Você acredita que a biblioteca na escola será um elemento significativo para que os aprendizados do PNAIC sejam melhor incorporados? ”. O acolhimento da ideia se deu de forma satisfatória com 100% de aceitação e crédito.

Gráfico 7 – Sobre a biblioteca na escola e a incorporação dos aprendizados do PNAIC

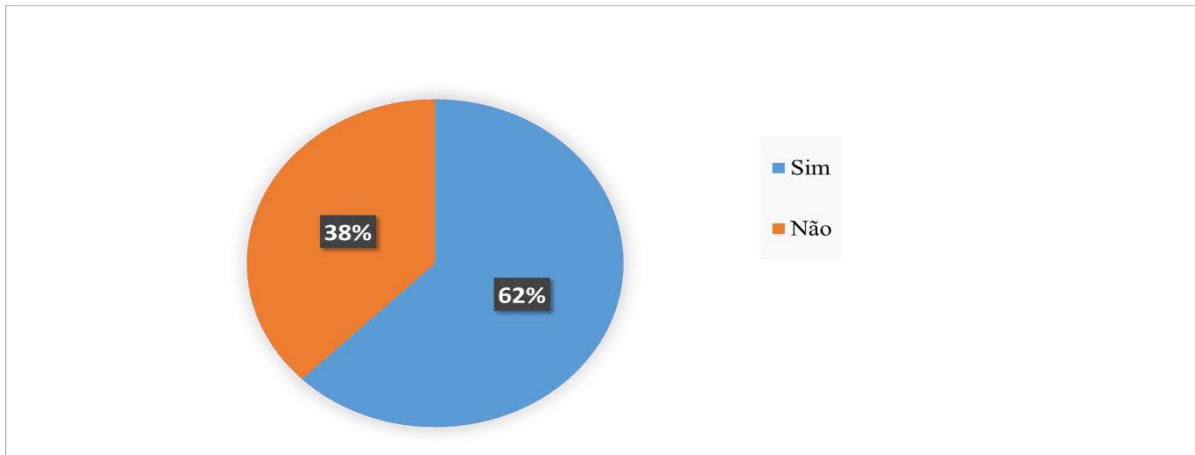


Fonte: A autora.

Não se pretende aqui colocar o bibliotecário como concorrente na habilidade de ensinar. Trata-se de uma proposta em que a soma de conhecimentos venha promover a qualidade do ensino. A análise que se tira dessa questão é que os participantes acreditam e apontam a necessidade da biblioteca como apoio ao seu fazer educacional, o bibliotecário na função educativa representa um complemento às atividades prescritas em sala de aula, o que o coloca em convergência com o processo pedagógico. O bibliotecário com a formação transdisciplinar poderá transformar a biblioteca num rico espaço para a promoção dos aprendizados.

Finalizando o grupo temático as perguntas que se seguem tiveram a finalidade de apresentar o PNAIC na construção do aprendizado contínuo. A pergunta seguinte foi: “Você pode afirmar que o PNAIC foi responsável por despertar e criar essas habilidades? ”. É importante ressaltar que a questão pode ter parecido pretensiosa, pois a palavra “responsável” pode parecer exclusiva ao profissional e, assim, poderia se ter usado percurso. Analisa-se aqui que a responsabilidade parte do indivíduo em criar meios dentro do seu processo de aprendizado para construir as informações e os conhecimentos. Um programa de educação continuada impacta, possibilitando que o aprendiz reconheça suas potencialidades.

Gráfico 8 – Sobre o PNAIC e sua contribuição no estímulo ao desenvolvimento da CoInfo

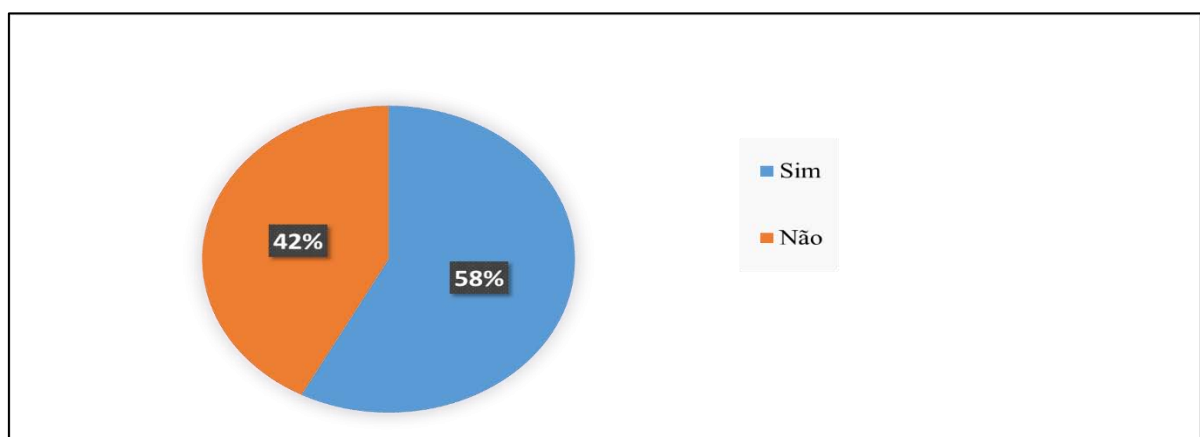


Fonte: A autora.

Na percepção dos participantes, o PNAIC foi responsável por despertar a CoInfo, visto que o programa rompeu o paradigma de uma educação passiva para uma educação reflexiva e que dialoga com seus vários envolvidos. Os professores se transformam com os aprendizados, ganham confiança e se tomam de um empoderamento que os dá vozes.

A pergunta seguinte é: “Você percebe na formação do PNAIC orientações sobre saber buscar/usar/ avaliar/selecionar uma informação? ” Com o franco desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e a propagação diversa de informações é importante que a sociedade saiba buscar e avaliar o que se encontra disposto na *web*. Assim, ser a competente em informação torna o indivíduo uma pessoa bem informada e também um produtor crítico.

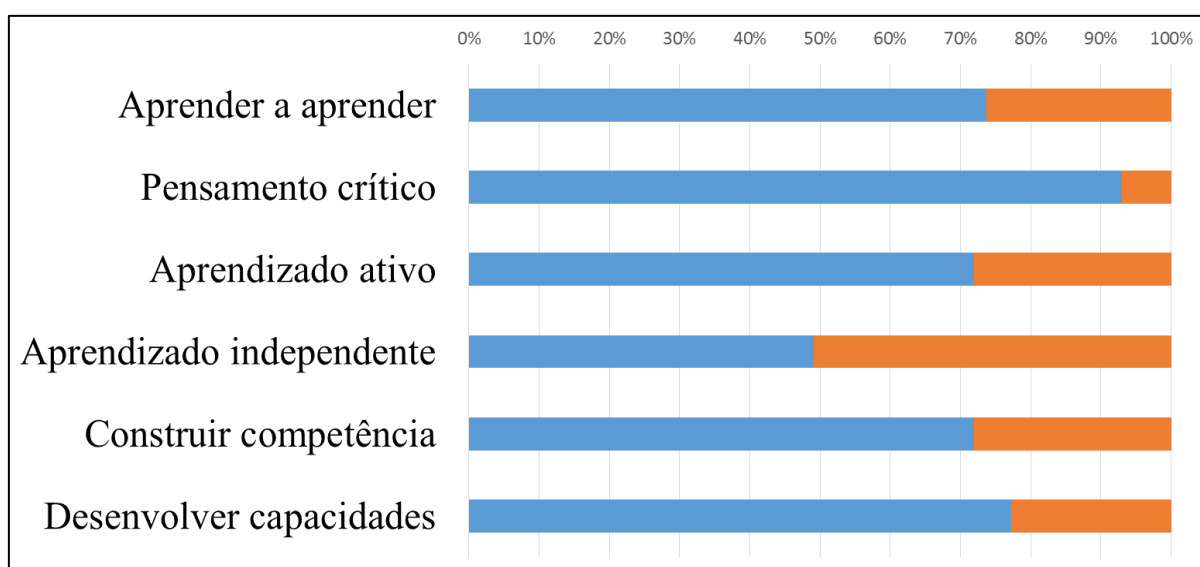
Gráfico 9 – Sobre o PNAIC e orientações sobre saber buscar/usar/avaliar e selecionar uma informação



Fonte: A autora.

A análise desta questão demonstra que o PNAIC vem inserindo uma nova percepção de ensino para os docentes, buscando transformar não só as práticas educacionais, mas o indivíduo como receptor ativo, flexível e multicapacitados em diferentes meios de informação, atentando-se para o aprendiz com autonomia para aprender sem apontar que está errado, mas entender a construção do aprendizado. Na questão seguinte serão analisadas estas questões e seu potencial perguntando: “Que tipos de novas práticas de ensino são passadas durante a formação (seja dos orientadores ou professores)? ”.

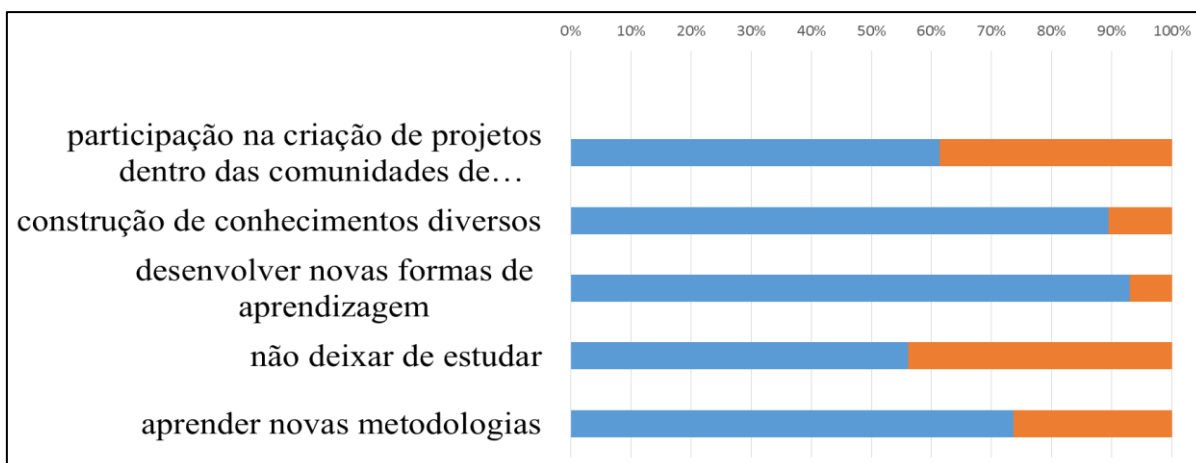
Gráfico 10 – Sobre as práticas de ensino trabalhadas durante a formação



Fonte: A autora.

Os resultados apresentados no gráfico mostram que a CoInfo se faz presente na formação. Neste ponto destaca-se que o pensamento crítico apontado pela maioria dos participantes. Em segundo lugar, a prática mais apontada foi para desenvolver capacidades seguida de aprender a aprender, o que dialoga com o desenvolvimento da CoInfo, pois quem se descobre competente desenvolve a compreensão da pertinência do aprendizado e desenvolve suas capacidades por meio de estudo. Construir competências e aprendizado ativo são apontadas em grande proporção, o que impacta diretamente na prática do professor ao desenvolver suas competências e ao promover a competência dos aprendizes. O Aprendizado independente foi mencionado, e isto reflete na maneira como é vista ao se manifestar em diferentes usos da informação e, por isso, promove-la permite a emancipação do indivíduo e sua participação na sociedade. Sobre a educação continuada foi feita a seguinte pergunta: “O que você entende como educação continuada na formação docente? ”.

Gráfico 11- Sobre a compreensão da educação continuada na formação docente



Fonte: A autora.

O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação faz com que muitos docentes se sintam sobrecarregados diante de uma juventude tão cheia de informações e questionamentos. Assim, se faz necessário repensar novas formas de aprendizagem, conforme elencado por maior número de participantes. Uma forma de desenvolver tais aprendizagens implica obter uma formação multidisciplinar, apontada pelos participantes potencialmente, demonstrando assim que eles acreditam na construção de competências para atuar em diversos ambientes e possam assim transmitir conhecimentos em amplitude. Eles entendem também que a educação continuada abrange novas metodologias e a participação na criação de projetos dentro das comunidades de aprendizagem, destaca-se aqui que os seminários realizados pelo PNAIC promovem esta participação e criação de projetos e isto contribui de forma significativa para a prática docente na medida em que há troca de experiências e diálogos em torno de temáticas que os próprios participantes constroem em torno de seus questionamentos.

Em síntese, indica-se que todo esse conjunto de informações pressupõe que a prática de CoInfo encontra-se como uma prática singular dentro da formação do PNAIC, existindo de forma diversa e particular do campo da educação, possibilitando inferirmos que podem existir ações relacionadas no programa. Observou-se também que o envolvimento e o pertencimento que os profissionais da educação tomaram para si neste programa permitem que as ações propostas sejam internalizadas e repassadas para todos os envolvidos formando uma comunidade de aprendizagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como finalidade verificar a Prática de Competência em Informação (CoInfo) no Pacto Nacional para Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) na formação dos orientadores de estudo e dos professores alfabetizadores que participam do programa de educação continuada dentro do Estado do Rio de Janeiro. Para isso, foi analisado junto aos orientadores de estudo e professores alfabetizadores se há na formação o incentivo sobre o uso das bibliotecas e a consulta aos bibliotecários, apresentando o programa PNAIC na construção do aprendizado contínuo para os professores. Diante das diversas formas de acesso à informação a Competência em Informação surge como uma concepção de aprendizado que permite aos aprendizes tomarem decisões, serem autônomos e independentes, demonstrando que não existe o certo e o errado na questão do aprender, pois as ressignificações ocorrem ao longo da vida.

O profissional bibliotecário está apto a planejar, organizar e gerenciar bibliotecas, assim como atuar em diferentes unidades de informação que não sejam necessariamente o espaço biblioteca. A formação multidisciplinar o coloca frente às novas tecnologias e desafios da sociedade da informação. No âmbito da educação é importante ressaltar que não é pretensão deste profissional competir com professores na obtenção de um espaço. O espaço biblioteca e os serviços biblioteconômicos é que são de sua responsabilidade e a partir de uma visão educacional. As atividades desenvolvidas dentro da escola podem ser facilitadas pelo bibliotecário, tais como aquelas de incentivo à leitura e a gestão de projetos culturais, tornando a biblioteca um espaço de acolhimento e o bibliotecário mais um ator da equipe escolar. O reconhecimento do papel social de agente transformador pode promover atividades que instiguem o diálogo, o debate e o respeito às opiniões, despertando no aprendiz a observação do seu meio social. A biblioteca escolar foi e continua sendo um ambiente construtivo de aprendizagem que promove a emancipação social dos aprendizes e dando voz ao pensamento reflexivo.

No processo investigativo buscou-se junto aos orientadores de estudo e aos professores alfabetizadores verificar se há o incentivo sobre o uso das bibliotecas e a consulta aos bibliotecários apresentando o PNAIC na construção do aprendizado contínuo. Para tanto, o Programa, a partir das vozes de professores da rede pública de ensino do estado do Rio de

Janeiro, desponta como uma iniciativa de empoderamento²¹ aos mesmos, difundindo novas práticas e ainda retomando a inserção da literatura infanto-juvenil nas escolas. Uma concepção que precisa ser revista e modificada atenta para que o profissional bibliotecário venha reivindicar um espaço e uma voz junto às políticas de melhoria da educação e dentro das escolas.

Reflete-se que esta pesquisa teve o alcance mínimo em comparação ao grande número de possibilidades que a Biblioteconomia, juntamente com a Educação, pode proporcionar em projetos de aprendizagem, especialmente diante da lei nº 12.244/2010, que prevê que todas as escolas possam ou tenham tenha bibliotecas que atendam a demanda informacional dos discentes e docentes das unidades escolares. Assim sendo, espera-se que novas pesquisas sejam realizadas em torno do papel social das bibliotecas e dos bibliotecários, por exemplo, enquanto mediadores da informação. Reflete-se também que as instâncias de desenvolvimento de políticas públicas para melhoria da educação possam reconhecer a importância das bibliotecas como instituições de importância para a sociedade e para o desenvolvimento e promoção de cidadãos capazes de modificar seu meio e construir uma sociedade mais justa, e no reconhecimento do profissional bibliotecário junto às instituições de ensino para promoção de centros de aprendizado e multiculturais atendendo a todos.

No que tange ao programa PNAIC, foi feito um pequeno recorte para o estado do Rio de Janeiro e acredita-se que uma pesquisa de dimensão nacional possa consolidar fatos que justifiquem a parceria entre a área educacional e informacional na promoção e na implementação de práticas que influenciarão consideravelmente nas estimativas educacionais e que diante da realidade ainda desproporcional de acesso possa se pensar em meios de instituir a biblioteca na escola e ainda promover o acesso aos demais que se encontram excluídos.

Conclui-se a pesquisa com a sinalização que caminhos estão sendo construídos na busca de uma qualidade educacional e que a CoInfo tem se estabelecido em programas de tão longo alcance territorial, não como o campo a reconhece, mas de forma diversa e particular do campo da educação. O PNAIC vem demonstrando aos participantes que a concepção de aprendizagem behaviorista que muito estava sendo replicada já foi superada apresentando assim a Competência em Informação na perspectiva de saber como lidar, gerar e aprender novos conhecimentos. Nota-se, com isso, possibilidades para que os profissionais de Biblioteconomia

²¹ “Conscientização; criação; socialização do poder entre os cidadãos; conquista da condição e da capacidade de participação; inclusão social e exercício da cidadania.” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2008). Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/empoderamento/>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

façam a divulgação dos fazeres biblioteconômicos dentro das políticas públicas para a promoção da qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

ALBA, A. L. **Competência em informação dos bibliotecários da Embrapa**. Rio de Janeiro, 2016, 94f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Association of College & Research Libraries. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago, 2016. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>>. Acesso em: 21 out. 2016.

ARAÚJO, M. F. S. Trajetória de implementação de uma política pública de formação continuada de professores alfabetizadores: o PNAIC. In: **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação. Brasília DF: MEC, 2015. p. 18-26.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ARDUINI, S.S.A. **Competência em informação no local de trabalho**: mapeando caminhos por meio da literatura. São Paulo, 2013, 138f.; il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07032014-145616/pt-br.php>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. **Competência em informação, redes de conhecimento e inovação**. Marília: PPGCI UNESP, 2003. Não paginado. (Material Didático - Slide).

_____. Formação contínua de professores do ensino fundamental sob a ótica do desenvolvimento da information literacy, competência indispensável ao acesso à informação e geração do conhecimento. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 17-32, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/723>>. Acesso em 24 jul. 2016

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Não paginado. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 jul. 2016..

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 14 jul. 2016. Sem paginação.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 9.394/96 de 24 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 14 jul. 2016.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 28 nov. 2016.

_____. Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 mai. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em: 28 nov. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Apresentação**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília DF, 2012. Disponível em: <pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto_livreto.pdf>. Acesso em: 20 jul 2016.

_____. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília DF, 2012. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior**. Brasília DF, 2000. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>. Acesso em: 20 jul.2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia Geral Pró-letramento**. Brasília DF, 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br/docman/julho-2010-pdf/6001-guiageral>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BOCK, A. M. B.; FURTADO O.; TEIXEIRA, M.L.T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de**

Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

CERQUEIRA, A. G. C. et al. A trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira. In: *Ciclo de estudos históricos*, 20., 2009, Ilhéus. A escola dos anais e a produção do conhecimento histórico: heranças, tendências e novas perspectivas. **Anais eletrônicos...** Ilhéus: UESC, 2009. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/aliana_georgia_carvalho_cerqueira.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., Florianópolis, 2013. **Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias**. Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, 2013. Não paginado. Disponível em: <http://febab.org.br/manifesto_florianopolis_portugues.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

CONSTANT, E. Contextos de Criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. In: **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação. Brasília DF: MEC, 2015. p. 12-17.

DÉLORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez: UNESCO: MEC, 1996.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO: MEC, 2010.

DUDIZIAK, E. A. **A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 173f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e artes; Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DUDZIAK, E. A. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

FONSECA, A. C. S. **O trabalho cooperativo entre bibliotecários e professores para o desenvolvimento da competência em informação**. Rio de Janeiro. 2015. 91f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997 Não paginado.

FREITAS, R. G. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n 100, p. 1203-1230, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313704026>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

GARCEZ, E.F. As competências do bibliotecário na educação básica: reflexões a partir de propostas de rede. **Perspectiva em Ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 3-24, out./dez. 2014. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1923/1518>>. Acesso em: 21 out. 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. (Org.). Porto Alegre: EdUFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, ago. 1993. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9623/11192>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

HORTON JUNIOR, F. W. **Overview of Information Literacy Resources Worldwide**. Paris: UNESCO, 2013.

_____. **Overview of Information Literacy Resources Worldwide**. 2. ed. Paris: UNESCO, 2014.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2014. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=291983>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

IVIC, I. **Lev Semionovich Vygotsky**. Recife: Editora Massangana, 2010.

LOVATO, R. G. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): programa ou política pública de formação continuada de professores alfabetizadores? In: Seminário brasileiro de estudos culturais e educação, 6., 2015, Canoas. **Anais eletrônicos...** Canoas: ULBRA, 2015. Disponível em:

<http://www.sbece.com.br/resources/anais/3/1429405804_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETO.pdf>. Acesso em 20 jul. 2016.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. In: Dicionário Interativo da Educação Brasileira: São Paulo, Midiamix, 2001. Disponível em:

<<http://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>>. Acesso em: 4 de dez. 2016.

OBAMA, B. **National Information Literacy Awareness Month, 2009**: a proclamation. Washington, DC: White House, 2009. Não paginado. Disponível em:

<<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/presidential-proclamation-national-information-literacy-awareness-month>>. Acesso em: 8 out. 2016.

POLÍTICA PÚBLICA. In: **Centro de referência em educação integral**. [S. l.]: Cidade escola aprendiz, 2016. Não paginado. Disponível em: <

<http://educacaointegral.org.br/glossario/politicas-publicas/>>. Acesso em: 4 dez. 2016..

PORTILHO, G.; VICHESSI, B. Entrevista com o educador português António Nóvoa. **Revista Nova Escola**, São Paulo, out. 2012. Disponível em:

<<http://novaescola.org.br/conteudo/212/entrevista-educador-portugues-antonio-novoa>>. Acesso em: 6 set. 2016.

RESENDE, M. Como está sendo cumprido o Pacto Nacional da Alfabetização. **Canal Futura**, Rio de Janeiro, 15 abr. 2015. Jornal futura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ui8gF49Hi2Q>>. Acesso em: 21 out. 2016.

RODRIGUES, C. Aprendizagem não é saber muito. **Carta Educação**, São Paulo, 27 abr. 2015. Entrevista, Carta Capital. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/entrevistas/antonio-novoa-aprendizagem-nao-e-saber-muito/>>. Acesso em: 06 set. 2016.

ROLKOUSKI, E.; LEAL, T. L. Formação de Professores Alfabetizadores no Âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. In: **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação. Brasília DF: MEC, 2015. p. 27-51.

SEMINÁRIO: ALFABETIZAÇÃO NAS CIDADES DO RIO DE JANEIRO, 9., 2016. Rio de Janeiro. **A formação continuada de professores alfabetizadores: debates atuais e seus desdobramentos nas pesquisas sobre currículo e o PNAIC**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. Disponível em: <<http://www.pnaicufrj.com/vdeo-reel>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

SEMINÁRIO: ALFABETIZAÇÃO NAS CIDADES DO RIO DE JANEIRO, 10., 2016. Rio de Janeiro. **Possíveis interpretações sobre formação continuada de professores e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) /UFRJ**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. Disponível em: <<http://www.pnaicufrj.com/vdeo-reel>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

SEMINÁRIO DA REDE DE BIBLIOTECAS DAS UNIDADES DE PESQUISA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (RBP), 2016, Rio de Janeiro. Competência em Informação e dados de pesquisas. Rio de Janeiro: IBICT, 2016.

SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, 3., 2014, Marília. **Carta de Marília**. Marília: UNESP, 2014. Não paginado. Disponível em: <http://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/CARTA_de_Marilia.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, 4. 2015, Marília. **Informações gerais**. Marília: UNESP, 2015. Não paginado. Disponível em: <http://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/CARTA_de_Marilia.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

SEMINÁRIO ESTADUAL DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, 2013. Pelotas. **Evento**. Pelotas: UFPel, 2013. Não paginado. Disponível em: <<http://pnaic.ufpel.edu.br/seminario-2013/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

SILVA, J. D. O.; CUNHA, J. A. O papel educativo da biblioteca escolar no contexto do Plano Nacional de Educação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 45-58, mai./ago.. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/38695/31601>>. Acesso em: 21 out. 2016.

VIANA, L.; PIERUCCINI, I. Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA

INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: Informação, memória e Patrimônio: do documento às redes. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2740/1116>>. Acesso em: 21 out. 2016.

ZATTAR, M. **Competência em mídia e em informação no ensino em Biblioteconomia: um breve relato de Experiência.** Número Especial MIL da RBBD. No prelo. Previsão de publicação: 1. sem. 2017.

ZATTAR, M.; SÁ, N. O. Práticas de Competência em Informação na literatura nacional. In: SIMEÃO, E. L.M. S.; BELLUZZO, R. C. B. (Org.). **Competência em Informação: teoria e práxis.** Brasília DF, Faculdade de ciência da Informação, 2015. p. 123-134.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Prezado Orientador de estudo e Professor alfabetizador, o questionário que se segue busca verificar se há prática de Competência em Informação no Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, procurando assim entender como as políticas públicas para uma educação de qualidade tem se formulado para alcançar as metas de alfabetização e capacitação dos profissionais para tal. Sua participação será de grande importância para essa pesquisa. Desde já agradeço a colaboração.

*** Obrigatório**

1- Você já ouviu falar em Competência em informação?

* A Competência em Informação "[...] abrange as experiências solidárias e coletivas vivenciadas nas dinâmicas de aprendizagem. Para isso, enfatiza a importância do acesso à informação, a avaliação e o uso de forma responsável e crítica sob uma perspectiva que incorpora todos os tipos de formatos, suportes e conteúdos informacionais nas dimensões da vida pessoal, profissional, educacional e social." (ZATTAR, 2016).

() sim

() não

2- Você se considera uma pessoa competente em informação?

() sim

() não

3- Você pode afirmar que o PNAIC foi responsável por despertar e criar essas habilidades?

(...) sim

(...) não

4- Você percebe na formação do PNAIC orientações sobre saber buscar/usar/
avaliar/selecionar uma informação?

() sim

() não

5- Você acredita que o uso da biblioteca e o bibliotecário podem influenciar em sua competência em informação? * Obrigatório

() sim

() não

6- Na formação pelas IFES há orientação para o uso da biblioteca na construção e ampliação dos conhecimentos?

() sim

() não

7- Que tipos de novas práticas de ensino são passadas durante a formação (seja dos orientadores ou professores)?

* marcar quantas forem necessárias

() desenvolver capacidades

() construir competências

() aprendizado independente

() pensamento crítico

() aprendizado ativo

() aprender a aprender

8- O que você entende como educação continuada na formação docente?

* marcar quantas forem necessárias

() aprender novas metodologias

() não deixar de estudar

() desenvolver novas formas de aprendizagem

() construção de conhecimentos diversos

() participação na criação de projetos dentro das comunidades de aprendizagem

9- Em sua formação no Programa PNAIC, em algum momento foi relatado a participação de um bibliotecário na construção e desenvolvimento do mesmo? *

() sim

() não

10- A Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País prevê que todas escolas possam ter bibliotecas, respeitando a profissão do bibliotecário que lhe garante essa reserva mercado, ou seja, somente pode ser responsável pela biblioteca o profissional bibliotecário. Você acredita que a biblioteca na escola será um elemento significativo para que os aprendizados do PNAIC sejam melhor incorporados?

() sim

() não

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: SUJEITO (A) DA PESQUISA

Grupo a ser pesquisado: Orientadores de estudo e professores alfabetizadores do PNAIC no Estado do Rio de Janeiro.

Você está sendo convidado (a) a participar como colaborador (a) da pesquisa “Competência em Informação no Pacto Nacional para Alfabetização na Idade Certa”

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas/ Faculdade de Administração e Ciências Contábeis/ Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação

E-mail de contato: comissaotcc.cbg@gmail.com

Orientador: Profa. M.e. Marianna Zattar SIAPE: 1654103

E-mail de contato: mzattar@facc.ufrj.br

Orientando: Shana dos Santos Ferreira DRE: 113088644

E-mail de contato: shana.andre@gmail.com

1 OBJETIVO DA PESQUISA

Consiste em verificar se há prática de Competência em informação na formação dos orientadores de estudo e dos professores alfabetizadores que participam do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no Estado do Rio de Janeiro.

2 EXPLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

A presente pesquisa caracteriza-se como sendo exploratória de abordagem qualitativa. Conforme Gil (2008, p.46), “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. ”. Quanto a abordagem entende-se que “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (SILVEIRA; GERHARD, 2009, p.31).

A técnica de coleta de dados será o questionário apresentado, estruturado com perguntas fechadas. Espera-se que o questionário permita “[...] traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas, proporcionando assim uma descrição do problema [...] (GIL, 2008, p. 121).

Acredita-se que futuramente essas considerações acerca da Competência em Informação (CoInfo) possam ser apresentadas como instrumento de desenvolvimento para o programa, integrando uma educação reflexiva nos aprendizados e que os fazeres biblioteconômicos possam contribuir nesta perspectiva educacional.

3 POSSÍVEIS RISCOS E DESCONFORTOS

Os procedimentos envolvidos neste estudo não devem proporcionar desconfortos ou riscos ao sujeito da pesquisa. Tampouco, proporcionará exposição de ideias e fatos não desejados.

4 DIREITO DE DESISTÊNCIA

O sujeito da pesquisa poderá desistir, a qualquer momento, de participar do estudo, não havendo qualquer consequência decorrente dessa decisão.

5 SIGILO

Todas as informações obtidas no estudo poderão ser publicadas com finalidade exclusivamente acadêmica. E será preservada a identidade do respondente (nenhum nome será identificado em qualquer material divulgado sobre o estudo).

Para casos específicos, em que seja previamente combinado com o pesquisado, a publicação da identidade do (s) sujeito (s) deverá ser explicitamente autorizada no verso deste documento.

6 TERMO DE CONSENTIMENTO COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____,
CPF _____, declaro ciência das informações acima com os devidos esclarecimentos das minhas dúvidas. Sendo assim, por este instrumento, tomo parte, voluntariamente, do presente estudo.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante ou responsável.